



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Abril de 2010

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNOMICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabrizio Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Mary Hellen Nascimento da Silva

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	7
Apresentação	9
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	12
II. Resultado Fiscal	13
II.1 Resultado Orçamentário	14
II.2 Resultado Primário	16
BOX 1 – A obtenção de grau de investimento pelo Estado do Rio de Janeiro	17
III. Receita Estadual	19
III.1 Receitas Correntes	19
III.1.1 Receita Tributária	19
BOX 2 - Panorama Econômico ERJ	21
BOX 3 - Resultados da Fiscalização do ICMS e de Outros Impostos	23
BOX 4 – O fortalecimento das barreiras fiscais	26
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	28
III.1.3 Receita de Transferências	29
III.1.4 Demais Receitas Correntes	30
III.2 Receitas de Capital	31
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	33
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	34
IV. 2 Despesa por grupo	34
IV. 3 Despesa por área de governo	38
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	38
BOX 5 – A Excelência como parâmetro do investimento em novas unidades de saúde	41
BOX 6 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes	42
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional	44
BOX 7 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos	49



IV. 3.3 FECAM	50
IV. 3.4 Secretaria de Estado de Obras	52
BOX 8 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	55
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	57
V.1 Cota Financeira	57
BOX 9 – Aprimoramento da Metodologia de definição da Cota Financeira	58
V.2. Pagamento de PD's	59
BOX 10 – Aplicação da metodologia para quitação de restos a pagar	61
V.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	62
V.4 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	65
V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	66
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento	68
BOX 11 – O uso de Precatórios na Compensação de Débitos Fiscais no âmbito do REFIS Estadual ..	70
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	71
BOX 12 – REFIS PASEP	76
BOX 13 – Redução de Passivo Patrimonial – Encontro de Contas do FDP	77
V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios.....	77



ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan-Fev/2009-2010 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Jan-Fev/2009-2010 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 10 – Execução Orçamentária Jan-Fev/2009-2010 Secretaria de Educação



RESUMO EXECUTIVO

O primeiro bimestre de 2010 caracterizou-se pela publicação da programação orçamentária e financeira para o ano, na forma prescrita pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), **sem necessidade de contingenciamento de despesas**. Houve também progresso em iniciativas e programas da Secretaria de Fazenda e do Governo como um todo. Uma inovação na programação financeira foi a publicação do cronograma de pagamento dos Restos a Pagar — RP, prevendo a quitação dos RP processados até abril, dos quais 97,29% até março, no caso daqueles sob responsabilidade da Tesouro Estadual (o que foi cumprido). Além disso, o sistema de controle contábil se aprimorou com a implantação de novas rotinas no SIAFEM, visando identificar não só o beneficiário e a nota fiscal associados à aquisição de cada bem ou serviço, mas também seu período de competência.

Os resultados orçamentário de R\$ -594 milhões e primário de R\$ 1.6 bilhão refletem o déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA, apesar de apresentaram recuperação em relação ao começo de 2009.

O comportamento da receita é capturado pelo crescimento nominal de 17% na arrecadação do ICMS e pelo pagamento excepcional devido ao acordo sobre o campo de Marlin, feito com a Petrobras em 2009, o qual se estenderá até maio. O crescimento do ICMS reflete a recuperação econômica e o desdobramento da estratégia de fiscalização e fortalecimento da Receita desenvolvida desde 2007, com ênfase na melhora da Informação e renovação dos quadros da Secretaria. O preço do Brent na faixa de US\$ 75/barril deve permitir ao RIOPREVIDÊNCIA voltar a acumular reservas.

No começo do ano, a ALERJ aprovou o REFIS estadual, com prazo de adesão até o final de abril de 2010 e prevendo anistia de multas e juros e a possibilidade de quitação de dívidas com precatórios contra o Estado do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações. Esse programa foi demandado pelas classes produtoras para poderem se ajustar ao novo ambiente fiscal de maior cumprimento das obrigações tributárias, permitindo-as “limparem o passado e acertarem o passo”. Para esse cumprimento tem contribuído o Concurso do CUPOM MANIA, que envolve o consumidor na fiscalização do comércio, mediante envio de SMS de telefone celular com os dados de suas compras e a participação em sorteios.

No gasto, verifica-se crescimento das despesas de pessoal da ordem de 10%, causado em parte por aumentos de remuneração para Educação e Segurança, assim como por novas políticas de premiação por resultado na segurança e, a partir da LC 134/2009, na fiscalização tributária.

A despesa de custeio cresceu 17,6%, por conta do aumento no valor transferido aos municípios e ao FUNDEB, na esteira do aumento da arrecadação no primeiro bimestre, e do pagamento de encargos com a União/Indenizações de Royalties. Esse aumento também respalda o compromisso do fornecimento tempestivo de insumos para as atividades fim, notadamente a Saúde, onde a expansão da oferta tem sido continuada. A despesa empenhada na Saúde foi de R\$365,81 milhões e a liquidada de R\$32,34 milhões, com crescimento de 106,4% e 106,8%, respectivamente, em relação ao executado no mesmo período do exercício anterior.

A aceleração do investimento que caracterizou 2009 reforçou-se, com o empenho de R\$762,82 milhões, e a liquidação de R\$87,80 milhões no primeiro bimestre de 2010, em contraste com R\$304,91 milhões e R\$8,2 milhões no mesmo período de 2009, além de R\$ 276 milhões de encargos associados ao acordo de Marlim. A participação do Tesouro do Estado no financiamento do PAC continua expressiva, respondendo por 42,7% do total previsto para ser aplicado no triênio 2008/2010. O fortalecimento fiscal e da gestão alcançado até agora permitiu ao Estado pleitear ao Tesouro Nacional um espaço de financiamento novo de R\$5,38 bilhões, que será a base de uma política integrada de investimento em moradia, saneamento e transporte em 2010-2012.



O Tesouro Estadual continua garantindo a presteza dos seus pagamentos, efetuados em média 8 dias depois do recebimento do pedido de desembolso por parte dos órgãos. O Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC também facilitou o adimplemento de R\$ 26 milhões nesta área, o que é fundamental em vista da crescente demanda do Estado por esses serviços essenciais.

Foram aplicados R\$ 34,6 milhões no pagamento de precatórios, área em que o Estado alcançou outro patamar em relação ao período 2004-2006, com disponibilização de R\$ 18 milhões mensais para esse propósito, contra uma média anual de R\$ 30 milhões naqueles anos. A Emenda Constitucional nº 62/2009 trouxe algumas inovações a esses pagamentos, especialmente com respeito à preconizada reorganização das filas pelo Tribunal de Justiça; enquanto a nova fila não é publicada, o Estado vem pagando apenas os acordos já concluídos. Por outro lado, durante esse hiato, o REFIS estadual abriu a possibilidade do uso dos precatórios para compensação de débitos tributários, mais recentemente as condições para uso dos precatórios e os juros aplicáveis foram regulamentados pelo Decreto 42.316/2010 e Resolução Conjunta SECC/PGE nº 32.

A relação dívida/receita do Estado apresentou melhora de 0,92% em relação a 2009, tendo sido pagos R\$ 356 milhões de serviço da dívida no bimestre. Concluiu-se ainda um empréstimo de US\$ 485 milhões com o Banco Mundial e a liberação de recursos para a compra de tratores para a manutenção das estradas vicinais no interior do estado, o que proporcionará mais autonomia à agricultura fluminense.

O Estado continuou regularizando seus passivos. Além do aumento dos pagamentos para o plano de aposentadoria dos antigos funcionários do Metrô — atual Riolinhos, o Estado requereu o parcelamento de R\$ 371 milhões de débitos com o PASEP derivado da suspensão de pagamentos no período de janeiro/2003 a novembro/2005, valores que vinham sendo cobrados pela União. Além disso, regularizou-se a situação do Fundo da Dívida Pública extinto em 1999, o que foi mais um passo para o saneamento financeiro das Contas de Recursos de Fonte Tesouro.

O acompanhamento dos 405 Convênios de Receita e 491 Convênios de Despesa mantidos pelo Estado indica o fortalecimento da conformidade nesse setor. Dentre os Convênios de Receita destacam-se os associados ao PAC, para os quais o Tesouro disponibilizou R\$ 518 milhões em 2010, dos quais ½ destinada à construção de habitações. Entre os de Despesa, os 103 convênios ligados ao PADEM envolvem a disponibilização de R\$ 326 milhões pelo Tesouro Estadual para ações em 61 municípios.

Adiantando-se ao próximo relatório, merece registro que o **Estado do Rio de Janeiro obteve o Grau de Investimento internacional**, estabelecido pela classificadora de risco Standard & Poors em 30 de março de 2010, na esteira do conjunto das ações conduzidas pelo governo nos últimos três anos.



Apresentação

Este é o décimo terceiro número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranqüilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 19/03/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas seis edições do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas seis edições do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



do PAC. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

**I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro**

As receitas e metas bimestrais¹ de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução Sefaz nº276/2010, publicada em fevereiro deste ano.

As Receitas Correntes do primeiro bimestre apresentaram desempenho 3,8% acima do projetado pela Resolução nº 276, que já incorporava uma reavaliação da receita de ICMS expandindo aquela no orçamento aprovado, em vista dos bons resultados da arrecadação dos últimos meses de 2009 e janeiro de 2010. Apesar do aumento da meta, a arrecadação tributária ficou 6,2% acima do valor projetado, refletindo o crescimento de 16,8% do ICMS em relação ao primeiro bimestre de 2009 e o bom desempenho das Receitas Patrimoniais, notadamente as associadas à produção de petróleo e gás (+ 10,8% acima da meta).

As metas publicadas em fevereiro também já incorporaram o pagamento dos valores devidos pela concessionária de petróleo na esteira da resolução em 23/10/2010 da pendência relativa ao pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, referentes principalmente ao período anterior a 2002.

Entre as Receitas Correntes, apenas as transferências apresentaram desempenho significativamente abaixo da meta bimestral (-18%), associado à atonia ainda existente em algumas receitas federais e à mudança estrutural na gestão de recursos do SUS destinados aos municípios, com a promoção de vários municípios à gestão plena de seus recursos, que deixaram de transitar pelo orçamento do Estado.²

As receitas totais no primeiro bimestre de 2010 ficaram 3,2% abaixo da meta, devido o resultado Receita de Capital (88,6% abaixo da meta bimestral).

As Receitas Correntes apresentaram desempenho 3,8% acima do previsto, decorrência da melhoria na arrecadação do ICMS, e nas Receitas Patrimoniais.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN-FEV 2010)
(art 8º da LRF)

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN-FEV) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-FEV) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
REC. CORRENTES	8.054,51	8.358,84	103,8%
TRIBUT.	4.887,94	5.189,62	106,2%
CONTRIB.	144,90	144,04	99,4%
PATRIM.	1.827,77	2.025,35	110,8%
AGROPEC.	0,03	0,01	30,1%
INDUST.	0,25	2,08	842,6%
SERV.	57,57	39,63	68,8%
TRANSF. CORR.	976,03	800,31	82,0%
OUTRAS	160,02	157,80	98,6%
REC. CAPITAL	655,09	74,37	11,4%
OPER. CRÉDITO	309,26	7,13	2,3%
ALIEN. BENS	0,01	0,00	0,0%
AMORT. EMPRÉST.	25,68	27,31	106,3%
TRANSF. CAP.	312,16	39,93	12,8%
OUTRAS	7,98	0,00	0,0%
Total	8.709,61	8.433,21	96,8%

¹ As metas bimestrais de aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

² Em janeiro de 2010, os municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Mangartiba, Nilópolis e Rio Bonito aderiram ao PACTO promovido pela União no âmbito da gestão do SUS e passaram a pagar seus prestadores diretamente. Magé, anta Maria Madalena, Trajano de Moraes, e Três Rios deverão aderir ao PACTO em maio de 2010.



As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral em R\$ 580,72 milhões. Esse resultado decorre da dilatação do prazo para a conclusão de algumas operações de crédito de maior vulto e da frustração de receita de transferência de capital em 87,2% da meta estabelecida, não obstante o bom ritmo das obras do PAC e o forte crescimento dessas transferências em relação a 2009.

A despesa paga no primeiro bimestre de 2010 correspondeu a 98,5% da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro divulgado pela Resolução SEFAZ nº 277, de 3 de fevereiro de 2010, com o excesso nas despesas correntes sendo compensado por uma execução mais conservadora das despesas de pessoal e de investimento.

Pagou-se R\$ 1,9 bilhão em Restos a Pagar, incluindo aqueles dos Outros Poderes, que contribuíram para o valor total das outras despesas correntes ter excedido em 3,3% o valor projetado.

Cumpriu-se apenas 2/3 da previsão de desembolsos de investimentos em parte pela defasagem ocorrida na homologação das medições do PAC a cargo da Caixa Econômica Federal, o que deverá ser compensado no segundo bimestre.

II. Resultado Fiscal³

Os resultados fiscais do primeiro bimestre de 2010 segregando o RIOPREVIDÊNCIA apresentaram melhora em relação ao primeiro bimestre de 2009, apesar da evolução da despesa (+21,1%) ter sido proporcionalmente superior à evolução da receita (+16,8%). O resultado orçamentário correspondente melhorou em relação ao mesmo período de 2009 em R\$ 93,05 milhões, alcançando R\$ 1,9 bilhão, equivalentes a uma taxa de poupança de 22,6% sobre o total de receitas, depois do pagamento de juros (Tabela 3).

³ O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2010

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-FEV***	RP 2009 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-FEV 2010	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.982	1.154	746	1.900	95,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.730	4.025	862	4.887	103,3%
INVEST /INVERSÕES	531	42	307	350	65,9%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	358	352		352	98,4%
TOTAL	7.600	5.574	1.916	7.490	98,5%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga e as despesas intra-orçamentárias
**Fonte: Resolução SEFAZ nº 277
***Fonte: SIG em 19/03/2011

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	6.654,29	7.773,41	16,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.620,70	7.715,13	16,5%
I.1.1 Tributária	4.615,40	5.189,62	12,4%
I.1.2 Patrimonial	893,30	1.394,01	56,1%
I.1.3 Transferências	803,93	800,31	-0,5%
I.1.4 Demais Correntes	308,06	331,20	7,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	33,59	58,28	73,5%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	4.851,65	5.877,72	21,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.709,25	5.402,61	14,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.528,18	1.663,30	8,8%
II.1.2 Demais Correntes	2.936,91	3.495,32	19,0%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	244,15	243,99	-0,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	142,40	475,11	233,6%
II.2.1 Invest.	8,20	351,01	4.180,7%
II.2.2 Inv. Financ.	16,44	2,82	-82,8%
II.2.3 Amort. Dívida	117,76	108,44	-7,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.802,65	1.895,69	5,2%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	526,23	659,80	25,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.167,87	1.254,27	7,4%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-641,64	-594,47	7,4%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	1.161,01	1.301,23	12,1%



Os superávits fiscais do Estado têm sido obtidos não obstante a expansão do investimento e da provisão de serviços públicos, notadamente na área da saúde. A capacidade do Estado em ampliar sua atuação sem por em risco a solvência de suas contas tem requerido disciplina no gasto, assim como esforço e inovação na obtenção de receitas, tanto pela melhora da fiscalização quanto pela ampliação de convênios e outras parcerias.

O bom desempenho fiscal e a melhora na qualidade da gestão do Estado foram fatores determinantes para a obtenção do Grau de Investimento pelo Estado no começo de 2010 (BOX 1). Ainda que o Estado não tenha planos de emitir dívida de mercado, o Grau de Investimento de nível internacional outorgado por uma das principais agências de risco do mundo traz inúmeras vantagens, sinalizando para parceiros, fornecedores, investidores e a sociedade de modo geral, a qualidade da gestão e a solidez dos compromissos da administração pública. Trata-se de mais um marco na transformação do Estado e na abertura de novas oportunidades baseadas na confiança na gestão, como foi, entre outros, a conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário global do primeiro bimestre de 2010, i.e., incorporando o RIOPREVIDÊNCIA⁴, foi de R\$1,3 bilhão, apresentando melhora de R\$140 milhões (+12,1%) em relação a 2009 e refletindo a redução em 7,4% do déficit sazonal do instituto.

As receitas, apesar da aparentemente pequena ampliação em relação às metas, apresentaram crescimento robusto em relação aos valores do ano anterior. A receita tributária aumentou em 12,4%, não obstante a atonia do IPVA, enquanto a receita patrimonial aumentou em 43%.

O bom desempenho fiscal e a melhora na qualidade da gestão do Estado foram fatores determinantes para a obtenção do Grau de Investimento pelo Estado em 2010.

O Resultado Orçamentário do primeiro bimestre foi de R\$ 1,9 bilhão, correspondente a uma taxa de poupança, depois do pagamento do serviço da dívida, de 22,5% sobre o total das receitas do Estado

⁴ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.



As transferências totais caíram apenas 0,5% em relação a 2009, refletindo o forte crescimento dos fluxos do FUNDEB (12,1%) alimentados pela arrecadação do próprio Estado, que compensaram a queda de mais de 8% das transferências federais, notadamente do SUS.

No tocante às despesas, que tiveram aumento de 18,5% comparando-se os primeiros bimestres de 2009 e 2010, verifica-se que as de “Pessoal e Encargos Sociais”⁵, sofreram um incremento nominal de 10,3% no bimestre. Este aumento, apesar de significativo e de refletir aumentos concedidos às áreas de educação e segurança (+5%); implementação de planos de cargos e salários no RIOPREVIDÊNCIA e na Educação (Programa Nova Escola) e além de gratificação em diversas áreas outras áreas do Estado⁶, foi menor que aquele verificado nas despesas de custeio e de investimento.

As demais despesas correntes aumentaram em 17% (+510,27 milhões) frente ao primeiro bimestre do ano passado, refletindo a ampla provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado. A seu turno, as despesas com investimento e outros encargos ultrapassaram R\$ 351 milhões, o que representa uma variação positiva de 4.180,7% em relação ao mesmo período de 2009. Parte significativa desta ampliação está relacionada à cessão definitiva de parcelas da compensação devida ao Estado pela produção de óleo e gás no campo de Marlim, principalmente no período anterior a 2002.

O serviço da dívida reduziu-se marginalmente, pelo efeito anti-cíclico da fórmula de pagamento ao Tesouro Nacional, não obstante sua defasagem temporal. A redução de algumas receitas em 2009 continua tendo impacto defasado no teto do serviço da dívida (13% da Receita Líquida Real), Com isso, a despesa com juros manteve-se

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
I. RECEITA TOTAL (A)	7.180,52	8.433,21	17,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.146,93	8.358,84	17,0%
I.1.1 Tributária	4.615,40	5.189,62	12,4%
I.1.2 Patrimonial	1.413,02	2.025,35	43,3%
I.1.3 Transferências	803,93	800,31	-0,5%
I.1.4 Demais Correntes	314,58	343,57	9,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	33,59	74,37	121,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.019,51	7.131,98	18,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.877,12	6.656,88	13,3%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.627,62	2.897,27	10,3%
II.1.2 Demais Correntes	3.005,34	3.515,62	17,0%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	244,15	243,99	-0,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	142,40	475,11	233,6%
II.2.1 Invest.	8,20	351,01	4.180,7%
II.2.1.1 Restituição de rec. de terceiros		92,01	
II.2.2 Inv. Financ.	16,44	2,82	-82,8%
II.2.3 Amort. Dívida	117,76	108,44	-7,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.161,01	1.301,23	12,1%

A despesa, incluindo o RIOPREVIDÊNCIA, cresceu 18,5% no primeiro bimestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009.

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁶ Maior detalhamento na seção IV de despesa.



estável e verificou-se uma redução de 7,9% na despesa de amortização.

II.2 Resultado Primário⁷

O resultado primário do primeiro bimestre de 2010 segregando o RIOPREVIDÊNCIA alcançou R\$ 2,18 bilhões (Tabela 5), sendo 5,6% maior que o mesmo período de 2009 (+R\$ 115,33 milhões). O resultado incorporando a instituição, aumentou em 11,8% (+R\$163,99 milhões), alcançando R\$ 1,56 bilhão. Seu menor valor em relação ao resultado sem o fundo de previdência reflete o déficit sazonal da previdência do setor público em consequência do pagamento das chamadas indenizações da União nos primeiros meses do ano. Em 2010, essas indenizações devem alcançar o valor de R\$ 1.507,33 bilhões, tendo sido pagos R\$ 994,08 milhões nos primeiros dois meses.

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2010/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	6.654,29	7.773,41	16,8%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	99,87	70,00	-29,9%
RECEITA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (C)	6.554,42	7.703,41	17,5%
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	4.851,65	5.877,72	21,1%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	361,91	354,33	-2,1%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.489,74	5.523,39	23,0%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	2.064,69	2.180,02	5,6%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-669,37	-620,71	7,3%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	1.395,31	1.559,30	11,8%

⁷ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



BOX 1 – A obtenção de grau de investimento pelo Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro recebeu, no último dia 30 de março, o grau de investimento global (“investment grade”) da agência de classificação de risco Standard & Poor’s (S&P) que atribuiu classificação BBB- (em escala global) e brAAA (em escala doméstica)8. Isto significa que o Estado obteve um selo de qualidade da agência de risco S&P o que, certamente, ajudará a atrair investidores.

Cabe esclarecer que esta classificação é conferida, em regra, a empresas e países considerados seguros para investimento. No caso do Brasil, destacam-se a União que passou a deter esta classificação a partir de abril de 2008 e algumas poucas grandes empresas como a Vale e a Petrobras.

Este feito, inédito para os Estados e para os Municípios da federação brasileira, pode ser considerado como um reconhecimento internacional do árduo trabalho de reestruturação das finanças do Estado que vem sendo conduzido, pela gestão do Governador Sergio Cabral, desde 2007. Ele também indica a efetividade de se aderir ao arcabouço institucional proporcionado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº101 de 4/5/2001). Esta lei proporciona não só parâmetros de disciplina, mas também ferramentas de gestão, dentre as quais estão as metas bimestrais discutidas na seção I deste boletim, bem como mecanismos de transparência com vistas a promover o controle social da despesa pública.

Exemplo da transparência, inclusive antecipando alguns dos aprimoramentos recentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, é a disponibilização de relatório gerencial, desde 24 de outubro de 2008, que proporciona aos prestadores de bens e serviços ao Estado informações detalhadas no sítio eletrônico da SEFAZ, sobre os pagamentos feitos nos últimos 60 dias, bem como a previsão das programações de desembolso referentes à próxima data de pagamento (dias 07, 15 e 25). Além deste relatório aos fornecedores do Estado, que lhes permite melhor administração do seu capital de giro, a Sefaz publica no seu sítio, para consulta pública, todos os pagamentos individuais 36 horas após sua efetivação.

Table with columns: Data Pago, Data Prevista, Data Inscricao, Origem, UG, Nº Documento, Nº OR, Nº Ordem, Descrição detalhada da despesa, Competência, Valor. Includes a 'PREVISTO' section at the bottom.

Table with columns: Data Pago, Data Prevista, Data Inscricao, Origem, UG, Nº Documento, Nº OR, Nº Ordem, Descrição detalhada da despesa, Competência, Valor. Includes a 'CMF EFETIVO' section and a pie chart showing payment status: 16,530 (6.53%), 133,820 (51.53%), and 109,548 (41.94%).

Essa transparência se estende ainda ao maior uso de pregões eletrônicos e grande esforço para regularizar as relações com fornecedores, por exemplo, em áreas fins como a Saúde.

O relatório também observa a pequena dependência do Estado de transferências federais, notadamente

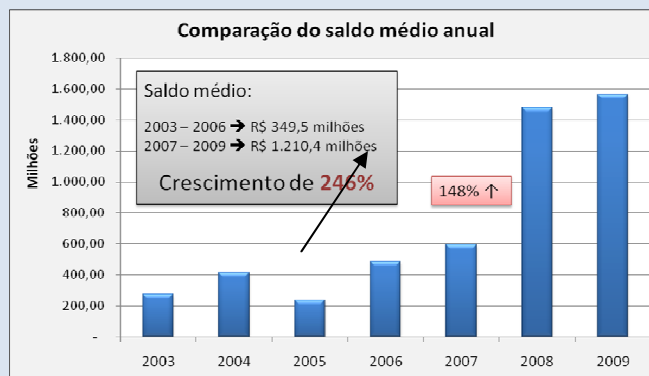
8 Os níveis de “rating” da S&P vão de AAA (melhor classificação existente) até D (pior), além de classificação positiva, negativa e neutra para cada qualificação.

o Fundo de Participação dos Estados FPE – que não chega a R\$ 1 bilhão para uma receita corrente líquida de mais de R\$ 30 bilhões, em contraste com muitos estados nos quais essas transferências correspondem de 1/3 até quase 70% do orçamento daqueles entes. De fato, as receitas consideradas como fonte própria, representam no Rio de Janeiro cerca de 87% de sua receita total o que, por si só, proporciona importante flexibilidade fiscal.

Dois outros pontos destacados pela agência foram a natureza da dívida do Estado e o forte incremento das suas disponibilidades financeiras, especialmente aquelas sob administração do Tesouro do Estado.

Apesar do montante da dívida ainda ser representativo (pouco abaixo de 15% do PIB do Estado), este vem diminuindo gradualmente, o que é um dos objetivos do contrato do Estado com a União. Ademais, esta dívida é de longo prazo, não apresentando, portanto, risco de rolagem, e seu serviço está limitado ao máximo 13% da receita líquida real até 2029.

A agência S&P destacou o aumento de disponibilidades financeiras como uma das principais melhorias na atual gestão. Em média, a disponibilidade de caixa do Tesouro passou de R\$ 350 milhões, no período de 2003 à 2006; para uma média de R\$ 1,2 bilhões, no período de 2007 à março de 2010. Este valor não inclui uma série de outros recursos financeiros do Estado, a maior parte vinculada a obrigações específicas, e alguns bloqueados, cujo saldo se aproxima de R\$9 bilhões, aí incluídos os ativos financeiros disponíveis do RIOPREVIDÊNCIA e da Conta B, entre outros.



O aumento do saldo do Tesouro, sem prejuízo da capacidade de gasto do Estado e acompanhado de maior presteza e previsibilidade dos pagamentos efetuados pelo Estado, decorre da implantação de uma série de processos de gestão na Fazenda, dentre as quais a efetiva aplicação do cronograma financeiro mensal previsto pela LRF, a fixação das datas de pagamento e a exigência de informações adicionais pelo SIAFEM no momento da expedição dos pedidos de desembolso pelos órgãos de ponta.

Olhando para frente, é importante notar que a obtenção do Grau de Investimento cria um novo patamar de qualidade cujos efeitos deverão ser sentidos, por exemplo, nos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016. De fato, esse grau é um penhor da busca de transparência e responsabilidade fiscal nesses preparativos. Além disso, o Grau de Investimento facilitará o desenvolvimento das PPP's (parceria público-privadas), que se mostram cada vez mais necessárias e ajudarão a alavancar os R\$ 5,38 bilhões de espaço de financiamento recentemente obtido junto à Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito da 6ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal.

III. Receita Estadual⁹

A arrecadação total do primeiro bimestre apresentou elevação de 17,4% frente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 6). Os propulsores da arrecadação do bimestre foram, sem dúvida, os incrementos na receita tributária (+12,4% em relação ao mesmo período de 2009) e na receita patrimonial (+43,3%).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 17% no 1º bimestre em relação ao mesmo período de 2009 (+R\$1.211,91 milhões), atingindo R\$ 8.358,84 milhões. Este aumento reflete a rápida recuperação da economia após a contração experimentada no final de 2008, inclusive nos seus reflexos no preço internacional do petróleo, assim como o pagamento das participações governamentais devidas pela exploração do campo de Marlim em anos pretéritos e acordado em câmara de conciliação com Petrobras.

Apesar da recuperação relativamente abrangente da base tributária da União, suas transferências correntes declinaram 8%, resultado para o qual também contribuiu uma mudança estrutural no fluxo de recursos do SUS que transita no orçamento do Estado.

As outras receitas correntes apresentaram variação de 15,9% (+R\$ 21,68 milhões), em parte devido a melhora na arrecadação de receitas de restituições, dívida ativa e receitas diversas.

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária nos dois primeiros meses do ano foi de R\$ 5.189,62 milhões, refletindo acréscimo de R\$ 574,22 (+12,4%) em relação a 2009. Deste aumento, 91,52% correspondem ao incremento de ICMS (+16,8% de crescimento nominal) e seu Adicional (+13,1% nominais) no bimestre (Tabela 7).

Tabela 6

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/
JAN-FEV 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
	R\$ milhões		
TRIBUTÁRIA	4.615,40	5.189,62	12,4%
CONTRIBUIÇÕES	142,95	144,04	0,8%
PATRIMONIAL	1.413,02	2.025,35	43,3%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	8,9%
INDUSTRIAL	0,15	2,08	1283,9%
DE SERVIÇOS	35,35	39,63	12,1%
TRANSF. CORR.	803,93	800,31	-0,5%
OUTRAS CORR.	136,12	157,80	15,9%
REC. CORR.	7.146,93	8.358,84	17,0%
REC. CAPITAL	33,59	74,37	121,4%
Total	7.180,52	8.433,21	17,4%

As receitas patrimoniais foram R\$ 612,32 milhões superiores no primeiro bimestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, refletindo a resolução da pendência sobre o campo de marlim

Tabela 7

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV2009/ JAN-FEV 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
	R\$ milhões		
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.615,40	5.189,62	12,4%
ICMS	3.136,47	3.661,99	16,8%
Adicional do ICMS	338,36	382,65	13,1%
IRRF	199,15	203,68	2,3%
IPVA	670,47	643,99	-3,9%
ITD e ITBI	34,77	38,40	10,4%
Taxas	236,20	258,92	9,6%

⁹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



O crescimento do ICMS foi robusto em quase todos os setores, com apenas algumas notáveis exceções. A avaliação setorial da arrecadação do ICMS tornou-se mais fácil de medir a partir da reorganização dos setores em linhas mais próximas à agregação de CNAE adotada pelos principais estados e institutos estatísticos.

Os principais setores que contribuíram para a arrecadação do ICMS foram (Tabela 8): Energia Elétrica (+R\$83,53 milhões, ou 15,9% do aumento de arrecadação); Petróleo, combustível e gás natural (+R\$82,25 milhões); Mercados, lojas e magazines (+R\$62,43 milhões, ou 11,9% do aumento total); e Bebidas (+R\$49,33 milhões, ou 9,4% do aumento) (ver tabela 8.A mais adiante).

Dentre os setores que tiveram maior contribuição, os dois primeiros tiveram um crescimento de arrecadação abaixo de 20% nominais. Apesar de forte, e reflexo da retomada econômica (BOX 2), esse crescimento está bem abaixo daquele em áreas mais suscetíveis aos efeitos de algumas iniciativas na Fiscalização desenvolvidas a partir de 2009, especialmente com o auxílio da Tecnologia da Informação e do alargamento do campo da Substituição Tributária — ST.

Tabela 8

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		part % 2010	var % 10/09
	2009	2010		
	R\$ milhões			
Alimentação	121,39	155,53	4,2%	28,1%
Bebidas	183,67	233,00	6,4%	26,9%
Madeira, papel e fumo (*)	14,07	106,72	2,9%	658,4%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	78,11	14,22	0,4%	-81,8%
Petróleo, combustíveis e gás natural	477,80	560,06	15,3%	17,2%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	105,28	123,22	3,4%	17,0%
Química e petroquímica	113,07	128,03	3,5%	13,2%
Borracha e plástico	29,84	29,50	0,8%	-1,1%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	82,64	86,28	2,4%	4,4%
Metalurgia e siderurgia	87,28	135,64	3,7%	55,4%
Máquinas e equipamentos em geral	29,70	36,92	1,0%	24,3%
Veículos automotores	78,44	120,37	3,3%	53,5%
Eletroeletrônicos	40,40	71,90	2,0%	78,0%
Informática e óptico	12,98	21,08	0,6%	62,3%
Móveis e utensílios	16,79	28,91	0,8%	72,2%
Têxtil e vestuário	122,72	165,72	4,5%	35,0%
Energia elétrica	475,47	559,00	15,3%	17,6%
Mercados, lojas e magazines	185,68	248,11	6,8%	33,6%
Construção civil	94,74	92,30	2,5%	-2,6%
Transportes gerais e armazenagem	117,58	80,18	2,2%	-31,8%
Comunicação e informação	31,05	36,31	1,0%	16,9%
Telecomunicações	549,02	511,94	14,0%	-6,8%
Médico-hospitalar e odontologia	22,28	25,86	0,7%	16,0%
Administração pública	19,12	23,74	0,6%	24,2%
Outras atividades econômicas	47,33	67,45	1,8%	42,5%
Total das atividades econômicas	3.136,47	3.661,99	100,0%	16,8%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

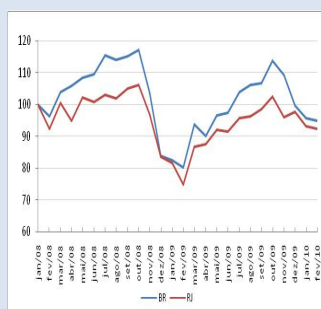
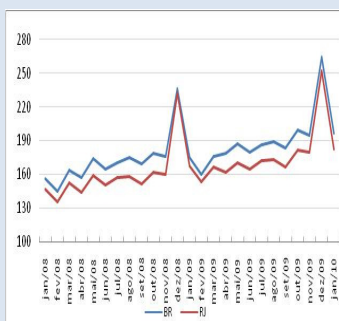
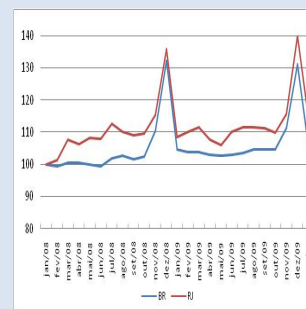
BOX 2 - Panorama Econômico ERJ

A retomada da economia vem se manifestando na indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro: a produção no primeiro bimestre de 2010 foi 23,4% maior do que no período correspondente de 2009. Esse crescimento foi superior aos 18,3% observados no Brasil como um todo. A variação mensal em janeiro e fevereiro de 2010, não ajustada para a sazonalidade, apresentou a queda habitual, de 4,4% no primeiro mês e 0,9% em fevereiro. Os números são comparáveis com o do país, de 4,1% e 0,7% respectivamente. O importante é que, apesar da produção ainda não ter alcançado os níveis de começo de 2008, houve franca recuperação em relação à crise e verifica-se mesmo que a diminuição sazonal em fevereiro foi bem mais amena em 2010 do que em 2008 (gráfico 1).

As vendas do comércio varejista também vêm crescendo, mas a um ritmo menor do que a produção industrial, visto não terem experimentado uma contração tão intensa no começo de 2009. O crescimento nominal sobre 12 meses em janeiro foi de 9%, ligeiramente abaixo dos 12,6% registrados para o Brasil como um todo (Gráfico 2). Esse crescimento é, a partir da lei publicação da Lei Complementar nº 134 de 29/12/2009, a base para avaliação do desempenho da arrecadação do ICMS no Estado, que vem crescendo acima de 15% e, portanto, mais rápido do que as vendas internas.

A inflação fluminense foi menor do que a brasileira em janeiro e levemente maior em fevereiro. Dessa forma, verifica-se queda menor no rendimento real dos trabalhadores no Rio em janeiro (Gráfico 3). A queda do rendimento no começo do ano, em relação a dezembro, já era esperada, tanto pelo impacto da inflação, como pela extinção de empregos temporários da “alta estação” do Natal. O mais interessante é a tendência de crescimento do rendimento nos últimos 24 meses, com uma taxa quase 15% acima de janeiro de 2008.

Estando em 5,5% no começo de 2010, a taxa de desemprego da região metropolitana do Rio continua em trajetória decrescente. Um ano antes, ela estava em 6,5% (Tabela), contra 8,4% da média nacional. Esta baixou para 7,3% no começo de 2010, restando ainda bem acima da taxa estadual. Para esse desempenho contribuiu o aumento do emprego formal e informal. Em fevereiro de 2010, o número de empregados sem carteira assinada era 5,6% maior do que em fevereiro de 2009 (enquanto que no Brasil, o emprego informal caiu 0,8%). O Rio também reverteu a queda do emprego forma, verificando-se em fevereiro de 2010 um aumento de 6,1%, muito próximo ao nacional, que foi de 6%.

Produção da Indústria de Transformação (Base jan/08 =100) ; Vendas do Varejo; e Renda Real**GRAFICO 1****GRAFICO 2****GRAFICO 3**



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		jan/10	fev/10	jan/10	fev/10
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	1,5%	-7,8%	20,8%	20,3%
	ERJ	-2,1%	-8,4%	1,1%	0,3%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	-4,1%	-0,7%	15,8%	18,3%
	ERJ	-4,4%	-0,9%	14,5%	23,4%
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	-25,4%	-	12,6%	-
	ERJ	-27,5%	-	9,0%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		jan/10	fev/10	jan/10	fev/10
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	1,29%	0,68%	4,42%	4,91%
	ERJ	0,91%	0,76%	3,18%	3,80%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		jan/10	fev/10	jan/10	fev/10
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,5%	0,4%	1,1%	2,2%
	ERJ	0,7%	0,9%	1,6%	3,7%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	-19,0%	-	1,5%	-
	ERJ	-17,6%	-	6,2%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-5,0%	-1,8%	0,6%	-0,8%
	ERJ	-2,5%	-2,2%	5,8%	5,6%
Empregado com carteira (7)	BR	1,1%	1,1%	4,0%	6,0%
	ERJ	2,8%	1,7%	3,3%	6,1%
DESEMPREGO		jan/10	fev/10	jan/09	fev/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	7,2	7,4	8,2	8,5
	ERJ	5,4	5,6	6,6	6,4

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os dados estão disponíveis até janeiro de 2010. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

Apesar do pequeno número relativo de fiscais no Estado do Rio de Janeiro, a fiscalização do ICMS vem se fortalecendo. De uma parte, a produção de autos continua a exceder 2 bilhões de UFIR por ano (aproximadamente R\$ 4 bilhões). Pelo outro, a velocidade de julgamento dos autos impugnados tem aumentado o impacto da fiscalização, começando a mudar o comportamento do contribuinte, que percebe as conseqüências de eventuais negligências na declaração ou no pagamento do imposto devido (BOX 3).

Mais recentemente, algumas medidas, como a expansão das barreiras fiscais, começaram a apontar para outra dinâmica no comércio interestadual, que deve trazer resultados significativos no médio prazo. A expansão das barreiras fiscais só foi possível na esteira do sucesso dos



três concursos para fiscal de rendas conduzidos a partir de 2007 e a lotação de aproximadamente 200 Policiais Militares e 180 funcionários da Secretaria de Governo nessas atividades por decisão do Governador no começo de 2010 (BOX 4).

BOX 3 - Resultados da Fiscalização do ICMS e de Outros Impostos

Em 2009, foram lavrados 17.187 autos pela fiscalização da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Estes autos somaram 2.14 milhões de UFIR, equivalentes a R\$ 4,3 bilhões. A maior parte destes autos foi lavrada nas inspetorias especializadas, notadamente a de petróleo e combustíveis, onde foram lavrados 301 autos somando 646 milhões de UFIR. Os autos contra algumas distribuidoras de combustíveis que se abasteciam em refinarias menores ou se dedicavam ao comércio de álcool sem recolhimento do ICMS antes do ingresso do produto no território fluminense somaram mais de 200 milhões de UFIR.

Os autos na inspetoria de alimentos somaram 172,5 milhões de UFIR, enquanto que aqueles na de supermercados somaram 171,8 milhões de UFIR, indicando a intensidade do trabalho desenvolvido nessas inspetorias. A inspetoria de eletricidade e telecomunicações, responsável por aproximadamente ¼ da arrecadação do estado lavrou 146 autos no valor de 270 milhões de UFIR. A inspetoria de Transito, que engloba os postos fiscais de fronteira lavrou autos no valor de 59 milhões de UFIR.

AUTOS LAVRADOS em 2009 por inspetoria

RF Lavratura	QTE	Valor (UFIR)	RF Lavratura	QTE	Valor (UFIR)
Especializadas	5.208	1.590.541.354	Reg. Capital	4.927	352.251.398
Com. Exter.	186	166.160.061	Irajá *	344	208.821.310
Eletric & Telecom	146	270.004.124	Sul II	665	43.585.655
Petroleo e Comb.	301	646.338.938	Barra	829	26.196.925
Siderg & Mat Constr.	345	78.688.836	Tijuca	628	23.881.366
Subst. Tributaria	478	31.927.672	Centro	553	16.107.580
Supermercados	2.342	171.763.160	Bonsucesso	527	13.498.251
Alimentos	698	172.568.622	Sul II	404	12.368.093
Bebidas	178	3.097.326	Outras	977	7.792.217
Transportes	534	49.992.614	Outras Regionais	2.574	135.708.114
Transito e Barreiras	4.420	59.513.330	Duque Caxias	223	96.674.691
Transito	2.626	42.706.152	Nova Iguaçu	864	19.586.702
Nhangapi	1.218	16.040.813	Outras	1.487	19.446.721
Outras barreiras	576	766.365	Total	17.187	2.138.144.525

Os autos lavrados pela Sefaz, além de cobrirem todos os segmentos da economia sujeita ao ICMS, têm sido bastante distribuídos em termos de valores. Aproximadamente 55% dos autos são de menos de mil UFIR. Por outro lado, menos de 6% dos autos são de mais de um milhão de UFIR, deixando quase 40% dos autos na faixa de dez a cem mil UFIR. Muitos desses autos são crescentemente gerados por programas gerais, como aqueles cuja fiscalização se inicia pelo cruzamento de dados declarados pelo contribuinte e aqueles obtidos junto a operadoras de cartão de crédito, a Receita Federal do Brasil ou outra entidade com que a Sefaz-RJ tenha desenvolvido convênio ou outro instrumento de trabalho conjunto. Alguns também derivam de novos mecanismos como o CUPOM MANIA, que permite a aferição da informação mandada pelos contribuintes e uma amostra gerada pelos dados enviados pelos consumidores mediante mensagem de texto. O envio desses dados é premiado através de sorteio de TVs, carros e prêmios de R\$ 100 mil em dinheiro, executado pela LOTERJ regularmente.



AUTOS LAVRADOS – por valor do auto

Faixa (UFIR)	Número	Frequência
1.000	9.472	55,1%
10.000	4.735	27,5%
100.000	2.005	11,7%
1.000.000	732	4,3%
10.000.000	204	1,2%
Mais	39	0,2%
TOTAL	17.187	100,0%

O número de autos cresceu 76% no primeiro bimestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009. Este aumento se explica em parte pelo aumento do número de fiscais em repartições de fiscalização, que passou de 370 para 475 na esteira do terceiro concurso desde 2007, e pode estar associado à possibilidade de percepção de uma prestação pecuniária eventual—PPE prevista pela Lei Complementar n. 134 de 2009 em caso de superação da meta de arrecadação adrede estabelecida; tal situação ocorreu no começo de 2010, com o pagamento de uma PPE excepcional pela superação da meta do segundo semestre de 2009.

O aumento de número de fiscais foi mais notável na inspetoria de trânsito e barreiras, onde ele passou de 20 para 137. Com isso, em apenas dois meses se observou a duplicação do número de autos e do seu valor, para 10 milhões de UFIR. No primeiro bimestre de 2010 também houve um aumento notável de autos nas inspetorias regionais (em cerca de 50%), e nas de supermercados e lojas; produtos alimentícios; bebidas; e veículos—todas com aumentos na faixa de 70%-150% em relação a 2009. Não houve grande aumento no número de autos na inspetoria de substituição tributária, mas o valor dos autos lavrados aumentou em 13 vezes relativamente a 2009. No total, o valor dos autos aumentou em 25%.

AUTOS LAVRADOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE por inspetoria

Repartição Fiscal		1o. TRIMESTRE DE 2009			1o. TRIMESTRE DE 2010			Variação de QTE da AI	Variação de Valor 2010/2009
		QTE	Valor (UFIR)	No. FR	QTE	Valor	No. FR		
1	Barreiras Fiscais	446	5.345.997	20	1019	10.911.860	137	128%	104%
3	En. Eletr. Telec. e Concess.	35	3.259.367	13	37	22.612.415	13	6%	594%
4	Petróleo e Combustível	62	90.822.501	10	290	94.290.483	14	368%	4%
5	Siderurgia e Metalurgia	97	22.776.430	14	101	17.539.415	21	4%	-23%
6	Substituição Tributária	122	1.633.174	17	144	23.526.289	19	18%	1341%
7	Super. e Lojas Depart.	256	45.336.874	12	619	15.515.537	22	142%	-66%
10	Produtos Alimentícios	123	47.880.269	15	245	14.426.226	21	99%	-70%
11	Bebidas	43	519.675	11	73	14.714.971	14	70%	2732%
12	Veículos e Material Viário	118	7.283.469	13	209	46.295.199	20	77%	536%
	Regionais Capital	1.058	49.384.239	147	1.663	75.867.968	106	57%	54%
	Outras Regionais	908	11.448.135	98	1.337	15.915.716	88	47%	39%
	TOTAL	3.268	285.690.129	370	5.737	351.616.078	475	76%	23%

A efetividade dos autos depende da não serem impugnados, ou, o sendo, na velocidade com que as impugnações são julgadas.

Nos últimos anos tem havido um crescimento notável na velocidade de julgamento dos autos, com o fortalecimento da Junta de Supervisão Fiscal e do Conselho de Contribuintes, cujo mandato dos conselheiros foi renovado no começo de 2010, e cuja qualidade do funcionamento foi reconhecida com a certificação ISO obtida em 2009.

A eficiência das instâncias de recurso ajuda a aumentar a proporção de autos liquidados—que já alcançou 51% dos autos lavrados em 2009; somando-se os autos parcelados, chega-se a um coeficiente de resolução da ordem de 55% dos autos. No entanto, a maior parte desses autos é de pequeno valor, sendo eles muitas vezes relacionados a condições acessórias e representando apenas 5% do valor total dos autos lavrados em 2009.

Aproximadamente 15% dos autos lavrados em 2009, correspondendo a 85% do valor, encontram-se em impugnação. Destes, aproximadamente 1/3 se encontra em diligências—são os autos mais recentes, lavrados



tipicamente na segunda metade do ano. Aproximadamente outro terço está na Junta de Revisão Fiscal, a primeira instância. Também são autos recentes, visto que a data média de intimação ao contribuinte é outubro de 2009. Em média, a Junta de Revisão Fiscal demora três meses para julgar um auto, contados após a impugnação. Com isto, o contribuinte sabe que, se não decidir pagar o auto, ou este for julgado extinto pela JRF, ele estará fazendo recurso ao Conselho de Contribuintes menos de meio ano depois da lavratura do auto. Em março de 2010 já havia 720 autos lavrados em 2009 sob análise do Conselho de Contribuintes. Estes autos somavam R\$ 680 milhões de UIFR e cobriam todo o ano, visto que a data média de ciência inicial era junho de 2009 (ou seja, mais ou menos equilibrado entre autos do primeiro semestre, mais demorados para julgar, e autos do segundo semestre).

Aproximadamente um quarto do total dos autos lavrados em 2009 já havia sido inscrita na Dívida Ativa, refletindo um alto grau de resolução também no caso de autos não pagos, impugnados ou não. Parte dos autos inscritos na Dívida Ativa foi julgado por ao menos uma instância. A análise do estoque dos autos lavrados em 2009 indica, portanto, que aproximadamente 5% dos R\$ 2 bilhões de UIFR inscritos em Dívida Ativa em 2009 correspondiam a autos lavrados no próprio ano, demonstrando a celeridade do processo administrativo tributário.

Espera-se que com a recente confirmação da constitucionalidade do protesto dos créditos da dívida ativa pelo Conselho Nacional de Justiça—CNJ, o Estado reforce sua capacidade de utilizar esse instrumento previsto em lei estadual, para coagir o contribuinte em débito e que não tenha procurado a proteção do Judiciário para obter efeito suspensivo sobre a decisão administrativa da fiscalização ou dos órgãos revisores pertinentes.

A efetividade da fiscalização e o trabalho sistemático de cruzamento de dados, aliados ao diálogo com o contribuinte têm resultado em uma crescente conformidade com a legislação. Para facilitar essa mudança de cultura, o Estado propôs no final de 2009 maneiras alternativas do contribuinte cumprir com suas obrigações, notadamente através da compensação com precatórios emitidos Tribunal de Justiça contra o Estado do Rio de Janeiro. Essa possibilidade foi ampliada pela a ALERJ admitindo-se o parcelamento dos débitos existentes, ou resultantes de denúncia espontânea de fatos geradores anteriores a janeiro de 2009, assim como o uso de precatórios expedidos por outros tribunais e contra fundações e autarquias do Estado.

Localização dos AUTOS LAVRADOS em 2009

Localização	QTE de AI	% total	Valor (UIFR)	% total	Data Media Ciencia Inicial
LIQUIDADOS	8.821	51%	33.334.333	2%	7/8/2009
Parcelados	654	4%	57.668.651	3%	22/7/2009
Em parcelamento	66	0%	4.274.199	0%	19/11/2009
Junta. Revisão Fiscal	705	4%	814.078.784	38%	10/10/2009
Cons. Contribuintes	720	4%	679.429.833	32%	21/6/2009
Diligencia	806	5%	302.740.285	14%	11/9/2009
Dívida Ativa	4.304	25%	94.516.246	4%	5/8/2009
Em Inscr DA	54	0%	2.215.054	0%	30/7/2009
Outros	1.057	6%	149.887.140	7%	
TOTAL	17.187	100%	2.138.144.525	100%	12/8/2009

A ampliação do campo da ST contribuiu em particular para o crescimento de 78% na arrecadação do setor de eletroeletrônicos e de 72% nos móveis e utensílios (inclusive colchões). Junto com o aumento da fiscalização por meio magnético, a ST também contribuiu para o crescimento de 34% na arrecadação de Mercados e lojas. A fiscalização também teve papel preponderante no crescimento de 28% na arrecadação no setor de alimentação. Finalmente, a atualização da pauta de preços



do setor de bebida explica parte do dinamismo da arrecadação (+27%).

A forte contração do final de 2008 e a retomada da economia em 2009 explicam o crescimento da arrecadação em metalurgia e automóveis.

Os setores com baixo desempenho foram poucos. Destes, o que teve o maior impacto na arrecadação foi o de Telecom, onde a deterioração tem sido marcante, e devido ao peso do setor, acarretou queda de 6,8 pontos percentuais na arrecadação total. A perda em telecom no primeiro bimestre praticamente anulou os ganhos do crescimento acima da média obtido no setor de supermercados (ou seja é como se supermercados tivesse crescido 17% ao invés de 34%). O setor de equipamento de transportes também apresentou queda expressiva (-32%).

O resultado mais surpreendente, no entanto, foi relativo a perfumes e cosméticos, setor cuja demanda tem apresentado extraordinário crescimento na esteira do aumento de renda das classes médias, mas cuja arrecadação cresceu apenas 4% nominais. Trata-se de um setor que vem sendo objeto de políticas industriais ativas nos últimos anos, e seu desempenho pode, portanto estar associado a efeitos inesperados dessas políticas.

Tabela 8.A

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	Part. Arrecad. 2009	Cresc. 10/09	Contrib. para Cresc.
Energia elétrica	15,2%	17,6%	15,9%
Petróleo, combustíveis e gás natural	15,2%	17,2%	15,7%
Mercados, lojas e magazines	5,9%	33,6%	11,9%
Bebidas	5,9%	26,9%	9,4%
Metalurgia e siderurgia	2,8%	55,4%	9,2%
Têxtil e vestuário	3,9%	35,0%	8,2%
Veículos automotores	2,5%	53,5%	8,0%
Alimentação	3,9%	28,1%	6,5%
Eletroeletrônicos	1,3%	78,0%	6,0%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,4%	17,0%	3,4%
Química e petroquímica	3,6%	13,2%	2,8%
Móveis e utensílios	0,5%	72,2%	2,3%
Informática e óptico	0,4%	62,3%	1,5%
Máquinas e equipamentos em geral	0,9%	24,3%	1,4%
Comunicação e informação	1,0%	16,9%	1,0%
Administração pública	0,6%	24,2%	0,9%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,6%	4,4%	0,7%
Médico-hospitalar e odontologia	0,7%	16,0%	0,7%
Borracha e plástico	1,0%	-1,1%	-0,1%
Construção civil	3,0%	-2,6%	-0,5%
Outras atividades econômicas	1,5%	42,5%	3,8%
Telecomunicações	17,5%	-6,8%	-7,1%
Transportes gerais e armazenagem	3,7%	-31,8%	-7,1%
Madeira, papel e fumo (*)	0,4%	658,4%	17,6%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	2,5%	-81,8%	-12,2%
Total das atividades econômicas	100,0%	16,8%	100,0%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

O aumento de arrecadação no setor de perfume e cosméticos, beneficiário de incentivos fiscais, não acompanhou o dinamismo da demanda desses produtos na esteira do aumento recente da renda das classes médias

BOX 4 – O fortalecimento das barreiras fiscais

As barreiras fiscais são importante componente da estrutura de fiscalização tributária. No Rio de Janeiro, elas se ressentiram por muitos anos da falta de fiscais, já que se trata de atividade intensiva em mão de obra e o Estado não promoveu concursos entre 1990 e 2007. Também havia carência de elementos de apoio—notadamente proteção policial, visto a fiscalização muitas vezes envolver enfrentar interesses organizados e poderosos. As principais barreiras do Estado estão localizadas na BR 116, nas divisas com São Paulo (Nhangapi) e Espírito Santo (Mato Verde/Morro do Coco), e na BR 040, na divisa com Minas Gerais.

Desde 2007, as barreiras de Nhangapi e Mato Verde foram reformadas, a primeira com o auxílio do instituto ETCO, como parte de um contrato iniciado em 2006. Não obstante estes investimentos, fragilidades no funcionamento da Inspeção de Trânsito e a própria falta de fiscais impediam uma expansão mais vigorosa das atividades desses postos, especialmente no aproveitamento das oportunidades criadas pela ampliação da Substituição Tributária a partir de 2008, que obriga a carga a entrar no Estado já com o imposto pago, e dos recursos de Tecnologia de Informática crescentemente disponíveis.

A partir do primeiro bimestre de 2010, por decisão do Governador, foram destacados 180 PMs para garantir a segurança das operações de barreiras fiscais, e aproximadamente 200 funcionários ligados à SEGOV para apoio e

orientação dos caminhoneiros. De sua parte, a Secretaria de Fazenda disponibilizou quase 100 fiscais adicionais, dos quais mais de 60 dos novos concursos, permitindo que se efetivasse essa iniciativa de integração transversal dos serviços do Estado (boa parte dos novos fiscais foi do concurso de 2009, que incorporou 100 novos servidores).

O contingente de 137 fiscais e as equipes PM e SEGOV permitiram dinamizar a fiscalização nas barreiras, ajudando a criar uma nova consciência nos transportadores e donos de carga. Nos dois primeiros meses, houve a lavratura de aproximadamente 1400 autos, somando 5,4 milhões de UFIR. Deste valor, 1,9 milhão de UFIR correspondeu a autos lavrados contra duas distribuidoras de combustíveis, sendo outras 270 mil UFIR correspondentes a uma terceira distribuidora. Aproximadamente 50 empresas, das quais mais de 15 transportadoras, receberam autos somando mais de 10 mil UFIR. Nesse grupo estão também as principais lojas de eletrodomésticos, que receberam autos somando 650 mil UFIR. Aproximadamente 750 outros contribuintes também foram autuados, em valores médios de 1,361 UFIR por razão social. Agregando-se os autos por Razão Social, verifica-se que 46% dos contribuintes (374 empresas) receberam autos cuja soma do valor, consolidada por Razão social, está na faixa entre 500 e 1000 UFIR.

Distribuição dos autos consolidados por Razão Social	
<i>UFIR</i>	<i>Quantidade</i>
Até 500	168
1.000	374
5.000	172
10.000	37
50.000	37
100.000	7
500.000	7
1.000.000	2
Acima de 1 milhão	0

Dos autos lavrados nos dois primeiros meses, foi liquidado o valor de 823 mil UFIR e parcelado o valor de 64 mil UFIR, com impacto imediato sobre a arrecadação do ICMS. Mais de 4 milhões de UFIR estão em cobrança, dos quais pouco mais de 0,5 milhão havia sido impugnado até começo de abril (o contribuinte tem um mês para entrar com impugnação).

O IPVA foi o único tributo que apresentou decréscimo de arrecadação no primeiro bimestre (Tabela 7). Esta queda de 3,9% esta associada à queda do valor médio dos carros em 2009, identificada pela FIPE e explicada pela suspensão do IPI nos carros novos naquele ano, assim como da redução de 4% para 3% da alíquota de automóveis flex em 2010 (Lei 5653 de 06/01/2010).

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD – apresentou elevação entre janeiro e fevereiro de 10,4% em relação ao mesmo período de 2009 (Tabela 7), reflexo da continuidade da automação de processos adotada desde 2009. Essa arrecadação deverá ser reforçada nos próximos meses pelo trabalho de cruzamento de informações sobre doações, especialmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda Pessoa Física, efetuada no primeiro bimestre de 2010, mediante

convênio com a Receita Federal do Brasil. Mais de 15.000 indivíduos foram convidados a verificar suas declarações e regularizar sua situação na eventualidade de terem doado ou se beneficiado de doações sem a devida quitação do ITD correspondente.

O crescimento das receitas de Taxas foi de 9,6% em relação ao primeiro bimestre de 2009. As taxas de maior variação foram as de prestação de serviços, 11,5% no bimestre. Sua maior fonte de arrecadação foi de Emolumentos e Custas Extrajudiciais, que se destinam a fundo específico do Poder Judiciário .

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial do Estado alcançou R\$ 2,03 bilhões nos dois primeiros meses de 2010, o que representa um aumento de R\$612,32 milhões (+43,3%) frente ao mesmo período e 2009 (Tabela 9). O principal propulsor desta variação foi a receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás, que variou em R\$ 562,40 milhões (+59,8%), dos quais R\$454,27 milhões foram referentes às participações especiais. Deve-se assinalar que esta receita inclui o recebimento extraordinário de parte do acerto relativo a participações sobre a produção em anos pretéritos do Campo Produtor de Marlim (R\$ 210,7 milhões)¹⁰.

O crescimento das participações governamentais, no entanto, foi vigoroso mesmo ao se considerar apenas a produção atual. Os *Royalties* cresceram 46,5% em relação ao ano anterior, saltando de R\$ 232,39 milhões para R\$ 340,40 milhões, em decorrência do aumento da produção e preço do petróleo (Tabela 10). O preço em dólares do Brent aumentou 63,5%, comparado com os meses em que ele chegou a pouco mais de US\$ 40/barril, o que foi

Tabela 9

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
RECEITA PATRIMONIAL	1.413,02	2.025,35	43,3%
Petróleo	940,77	1.503,17	59,8%
Royalties	232,39	340,40	46,5%
Part. Especial	708,10	1.162,37	64,2%
FEP	0,27	0,39	43,1%
CFT's	364,41	446,52	22,5%
Aplic. Financeiras	96,12	61,81	-35,7%
Demais Rec. Patrimoniais	11,73	13,85	18,1%

Tabela 10

Discriminação	Nov - Dez 2008	Nov - Dez 2009	Var. %
Produção (milhões de bbl)	93,38	100,23	7,3%
Brent (US\$/bbl)	46,20	75,56	63,5%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,33	1,74	-25,4%

¹⁰ O recebimento a menor de participações especiais da Petrobras no passado (entre 2002-2006) gerou um acordo que prevê o pagamento de cerca de R\$ 800 milhões ao Estado do Rio de Janeiro em oito parcelas mensais. As duas primeiras (R\$ 207.568.756,66) foram recebidas pelo Estado em novembro e dezembro de 2009 e a terceira e quarta parcelas R\$210.718.431,84 foram creditadas entre janeiro e fevereiro de 2010.

apenas parcialmente amortecido pela apreciação cambial de 25,4%.

O resgate de CFTs¹¹ apresentou certa concentração no começo de 2010, gerando um crescimento do valor resgatado de 22,5% em relação a 2009 (+R\$ 82,12 milhões).

A receita decorrente da remuneração das Aplicações Financeiras do Tesouro e outros recursos refletiu a queda da taxa Selic, que passou de 13,75% no começo de 2009 para 8,75% no começo de 2010 (-37%), representando queda de 34% no CDI.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências, incluindo a recirculação do FUNDEB, somaram R\$ 800,31 milhões no primeiro bimestre de 2010. Esse desempenho representa variação negativa de 0,5%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, um valor amortecido pelo crescimento das transferências do FUNDEB alimentado por recursos do próprio governo estadual. As transferências federais, por outro lado, apresentaram nítida queda, decorrente da forte contração dos fluxos do SUS (Tabela 11). De fato, apesar da recuperação da base tributária da União, as transferências da União caíram no bimestre R\$ 36,66 milhões (-8,2%) em relação a 2009, por conta do FPE e do SUS.

A CIDE variou 63,3% (+R\$ 8,93 milhões) em função do menor uso de compensações por parte de grandes distribuidores de combustíveis em relação a 2009, o que resultou em crescimento do “bolo” nacional em R\$ 700 milhões. Além disso, houve aumento de alíquotas específicas sobre a gasolina e o diesel, conforme Decreto nº 6.875/2009.

Gráfico 1

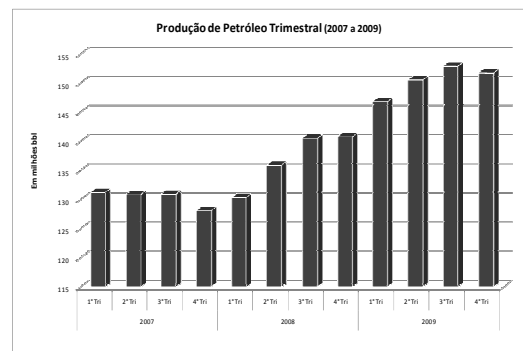


Tabela 11

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	803,93	800,31	-0,5%
Transf da União	446,82	410,16	-8,2%
FPE	124,32	122,76	-1,3%
IPI exp	81,22	88,24	8,6%
IOF	0,00	0,00	73,1%
CIDE	14,11	23,03	63,3%
SUS	157,71	100,90	-36,0%
Salário Educação	55,09	60,64	10,1%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%
Demais Transf. da União	0,07	0,29	342,9%
FUNDEB	321,34	363,55	13,1%
Convênios	35,54	26,25	-26,1%
Outras Transf. Corr.	0,24	0,35	46,7%

¹¹ Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.



A redução da receita do SUS (-R\$ 56,81 milhões; -36,0%) decorre basicamente da reestruturação na distribuição destes recursos aos municípios do Estado, que passaram a recebê-lo diretamente da União e à não renovação das transferências excepcionais associadas a programas de combate à dengue ocorridas em 2009.

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB¹² ao Estado em 2,96% entre 2009 e 2010, as receitas do Fundo que retornaram ao Estado aumentaram em R\$ 42,20 milhões (+13,1%), como consequência do aumento de arrecadação estadual, que aumentou os ingressos totais do Fundo.

Cabe ressaltar a diminuição da receita de Convênios, de R\$ 9,28 milhões (-26,1%) no bimestre em relação ao respectivo período de 2009. As principais razões são atrasos de dois convênios com o Ministério da Justiça - referente ao Centro de Inteligência do Complexo do Alemão e à aquisição de veículos para as Polícias Civil e Militar visando o reaparelhamento da Segurança Pública nas áreas de intervenção do PAC - e um entre o IPEM e o IMETRO, este último sobre o controle de qualidade, atrelado às demandas do IMETRO ao IPEM, que não ocorreram neste bimestre.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As “Demais Receitas Correntes” apresentaram elevação de R\$ 28,99 milhões (+9,2%) no bimestre em relação a 2009, sendo as principais responsáveis as “Receitas diversas” e as “Indenizações e Restituições”. Nestas, as maiores variações ocorreram nas compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado (+5,9 milhões) decorrentes da transição de servidores entre regimes autorizada pela Constituição Federal em 1988.

As transferências do SUS transitando no orçamento estadual tiveram redução de R\$ 56,81 milhões, enquanto transferências da CIDE e IPI-exportação cresceram R\$ 8,93 milhões e R\$ 7,01 milhões

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB, estas transferências tiveram incremento de 13,1% relacionado ao esforço de arrecadação do ERJ

Tabela 12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	314,58	343,57	9,2%
Receita de Contribuições	142,95	144,04	0,8%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	8,9%
Receita Industrial	0,15	2,08	1283,9%
Receita de Serviços	35,35	39,63	12,1%
Multas e Juros de Mora	40,44	40,06	-1,0%
Indenizações e Restituições	10,89	19,79	81,7%
Dívida Ativa	11,61	15,58	34,2%
Receitas Diversas	73,18	82,38	12,6%

¹² O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br



As receitas de serviços apresentaram acréscimo de R\$4,29 milhões (+12,1%), basicamente decorrentes de outros serviços financeiros (excluídos aí os serviços de juros de empréstimos) e serviços de inspeção e fiscalização.

Em 2009, a arrecadação da “Dívida Ativa” variou positivamente em R\$3,97 milhões (+34,2%). O efeito da adoção do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela subsecretaria de receita do Estado foi sentido principalmente nas dívidas mais recentes do ICMS (pós 1997). A arrecadação da Dívida Ativa poderá apresentar crescimento mais alentado após a confirmação da constitucionalidade do Protesto de títulos da dívida ativa em cartórios, um poderoso instrumento para a realização dos créditos do Estado contra contribuintes inadimplentes.

Além disso, em Janeiro de 2010 a ALERJ aprovou o REFIS estadual, que permitirá o pagamento a vista ou parcelado de débitos tributários constituídos ou não, com fato gerador anterior a dezembro de 2008, ou sua compensação com precatórios. Neste caso, os débitos deverão ser inscritos na Dívida Ativa, sob administração da Procuradoria Geral do Estado—PGE, que concentra a administração desses títulos (BOX 5).

III.2 Receitas de Capital

As “Receitas de Capital” no primeiro bimestre de 2010 aumentaram de R\$ 33,6 milhões para R\$ 74,4 milhões (+121,4%), em decorrência principalmente do aumento das transferências de capital efetuadas pela União e da amortização de empréstimos. Estes empréstimos são associados ao retorno do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES.

Os desembolsos das Operações de Crédito, por outro lado, caíram -70,7%, alcançando apenas R\$ 7,13 milhões. Esse montante está relacionado a três contratos: dois

Tabela 13

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009/ JAN-FEV 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
RECEITAS DE CAPITAL	33,59	74,37	121,4%
Operações de Crédito	24,37	7,13	-70,7%
Alienação de Bens	0,02	0,00	0,0%
Amortiz. de Empréstimos	7,09	27,31	285,2%
Transf. de Capital	2,11	39,93	1.794,1%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%



realizados junto ao BNDES: Metrô (finalização das obras da estação General Osório) e PMAE (Linha de apoio à Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais); e outro realizado com o Banco do Brasil – Seappa (Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento), sob o nome de “Patrulha Mecanizada”.

O desempenho das receitas de capital (+R\$ 40,78 milhões) está relacionado ao aumento nas transferências de capital e nas receitas de amortizações de empréstimos.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

O orçamento aprovado pela Lei nº 5.634 de 4 de janeiro de 2010 fixou a despesa total do Estado, isto é, antes de transferências para municípios, em R\$45,54 bilhões. Atualmente a dotação orçamentária já atinge R\$46,38 bilhões, com acréscimo de R\$833,86 milhões (Tabela 14). Deste valor, R\$640,3 milhões se referem aos recursos oriundos do acerto de Marlim relativos a anos pretéritos e o restante se refere a superávits financeiros dos Fundos da PGE e DPGE (R\$60,7 milhões) e a novos convênios firmados entre a Secretaria de Segurança e TJ para a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle (R\$60 milhões) e entre a SEOBRAS e o DNIT para obras de melhorias na BR-393/RJ - Contorno de Volta Redonda (R\$40 milhões).

Em 2010, não houve necessidade de contingenciamento de recursos. Por outro lado, mantêm-se a metodologia de fixação de cota orçamentária por períodos para permitir a realização do empenho dentro de um planejamento de gastos dos órgãos, com maior concentração no 1º quadrimestre, para o qual foram disponibilizados 40% da dotação destinada ao custeio e 60% do montante anual destinado aos investimentos.

Já foram liberados para empenho R\$28,84 bilhões dos quais R\$9,07 bilhões (31,5%) já foram utilizados neste primeiro bimestre (Tabela 15). Esses pouco mais de 1/5 do orçamento global já empenhado (21%) são um percentual compatível com a execução normal do orçamento.

A despesa do Executivo cresceu 19,5% no primeiro bimestre de 2010 em comparação a período equivalente em 2009 (Tabela 16). O Poder Legislativo apresenta queda em parte porque em 2010 ele não destinou recursos próprios para o auxílio de municípios como em 2009. Houve aumento considerável de despesa no MP, que despendeu R\$100 milhões no primeiro bimestre, e do Tribunal de Justiça, cuja despesa alcançou R\$306 milhões.

Tabela 14

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL JAN-FEV 2009 / JAN-FEV 2010					
R\$ milhões					
ANO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISP.	LIQ. JAN-FEV	% LIQ. / DISP.
2009	41.967	1.633	40.334	6.020	14,92%
2010	46.380		46.380	7.132	15,38%

* Includas despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 15

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO Janeiro-Fevereiro 2010*					
R\$ Mil					
Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada 1º Quad **	Cota Emp. (Jan-Fev)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Fev)	% Liq. / Cota
42.406.079	28.841.145	9.077.829	31,5%	6.599.549	22,9%

* Includas despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

** Valores publicados na Res. SEPLAG/SEFAZ nº 264 de 17 de março de 2010

Em relação à despesa executada em 2009 pelo Poder Executivo (R\$38,86 bilhões), a disponibilidade de 2010 é superior em 9,08% (R\$3,5 bilhões).

Tabela 16

DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-FEV 2009 / JAN-FEV 2010			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	Δ %
PODER EXECUTIVO*	5.522	6.600	19,52%
OUTROS PODERES	498	532	6,88%
ALERJ	86	75	-13,47%
TCE	52	51	-1,98%
TJ	281	306	8,93%
MP	79	100	27,77%
SUBTOTAL	6.020	7.132	18,48%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	202	210	3,89%
TOTAL GERAL	6.222	7.342	18,00%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa realizada pelo Estado. No primeiro bimestre de 2010, esta participação foi de 76,4% (R\$5,44 bilhões) contra 23,6% (R\$1,68 bilhão) de Outras Fontes.

No âmbito das despesas financiadas por fontes próprias, o crescimento esteve concentrado no RIOPREVIDENCIA, (93%), cujas despesas relacionadas ao pagamento de inativos e pensionistas são feitas com as receitas de royalties e participações especiais que lhe cabem, conforme legislação vigente.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa total do 1º bimestre de 2010, quando comparada a igual período do ano anterior cresceu 18,5% (+R\$1,11 bilhão).

O grupo de pessoal cresceu 9,8% (+R\$268 milhões). As atuais despesas incluem uma série de inovações introduzidas principalmente a partir do segundo semestre de 2009:

- 5% de reajuste salarial para as áreas de Educação e Segurança;
- Plano de Cargos e Salários para os docentes de 40h de Educação;
- Plano de Cargos e Salários para os servidores do RIOPREVIDÊNCIA;
- Diversas gratificações de incentivos a resultados na área de Segurança beneficiando policiais lotados no BOPE, no CORE, nas UPPs e nos Grupamentos Aeromárítimos, além de gratificações concedidas a policiais participantes de Programas estratégicos (Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD; Delegacia Legal e Programa de Capacitação em Operações Militares Estratégica, Temporária e Polícia de Proximidade - PROEPP, dentre outras). Na Defesa Civil, para aqueles

Tabela 17

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009 / JAN-FEV 2010			
R\$ MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	4.456	5.446	22,2%
00 - ORD. PROV. DE IMPOSTOS	3.347	3.784	13,1%
01 - ORD. NÃO PROV. DE IMPOSTOS	214		-100,0%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	768	1.337	74,0%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	8	11	35,1%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	29	27	-4,8%
07 - DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMP.		47	
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	6	113	1728,5%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	80	120	49,7%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	4	6	75,2%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)		,001	
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1.564	1.686	7,8%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	1.261	1.354	7,3%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	9	8	-5,7%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	9	7	-23,0%
14 - CONVÊNIO PAC - ADM. DIRETA		5	
15 - FUNDEB	239	256	7,1%
18 - CONVÊNIO INTRAORÇ. - ADM. DIRETA		1	
19 - CONVÊNIO INTRAORÇ. - ADM. INDIRETA		1	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	31	33	7,0%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA			-60,4%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	14	21	48,7%
TOTAL GERAL	6.020	7.132	18,5%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 18

DESPESAS POR GRUPO* ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2009 / JAN-FEV 2010			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	VAR %
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.725	2.993	9,8%
1.1 - EXECUTIVO	1.075	1.172	9,0%
1.2 - ALERJ	61	69	14,1%
1.3 - TCE	50	50	-0,3%
1.4 - TJ	252	271	7,4%
1.5 - MP	72	87	20,1%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.117	1.248	11,7%
1.7 - PREVI-BANERJ	96	92	-3,5%
1.8 - REFER	2	4	80,2%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DÍVIDA	362	352	-2,6%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	2.908	3.420	17,6%
3.1.1 - EXECUTIVO	360	372	3,4%
3.1.2 - ALERJ	25	5	-79,4%
3.1.3 - TCE	2	1	-35,4%
3.1.4 - TJ	29	33	13,2%
3.1.5 - MP	4	13	202,1%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.487	2.995	20,4%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	725	994	37,1%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	584	671	14,8%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.177	1.330	13,0%
4 - INVESTIMENTOS	8	364	4337,2%
4.1 - EXECUTIVO	7	361	4772,6%
4.2 - ALERJ		,0	
4.3 - TCE	,1		-100,0%
4.4 - TJ		3	2934,1%
4.5 - MP	1	,0	-96,4%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	16	3	-82,8%
TOTAL GERAL	6.020	7.132	18,5%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes



atuantes nos Programas de Combate à Dengue; Rio sem Fumo e Vigilância Sanitária.

As despesas de pessoal dos Outros Poderes aumentaram 9,6% (+R\$41,67 milhões) em relação ao ano anterior, refletindo o aumento de remuneração de 5% concedido a partir de setembro/2009 e o pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, prática que vem ocorrendo desde 2009. Estas despesas, ainda que sejam de pessoal, não são contabilizadas no limite máximo de pessoal da LRF, nem no ano a que se referem, nem no ano em que são pagas.

As despesas de custeio em geral cresceram 17,6% (+R\$511,96 milhões), na sua maior parte correspondentes a despesas não discricionárias (Encargos com a União / Transferências ao FUNDEB e aos Municípios). No Executivo, houve pequena variação de 3,4% (+R\$12,17 milhões), enquanto nos outros Poderes, houve redução em alguns e aumentos em outros, notadamente no MP onde houve conversão de licença especial em pecúnia indenizatória para os Procuradores de Justiça, contribuindo para o aumento de aproximadamente R\$8 milhões nessas despesas, ainda uma vez sem correspondência no total da despesa de pessoal computada para fins de observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O grupo de despesa que apresentou aumento significativo foi o de investimentos e outras aplicações de capital. A despesa cresceu 4.337% (+R\$355,64 milhões) em relação a 2009. Desse valor, R\$276,03 milhões se referem à entrega do ativo vendido em contrato firmado entre o ERJ e o BB – operação de cessão de direitos que antecipou as receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2010.

O crescimento dos investimentos tradicionais no bimestre, referentes à realização de obras e aquisição de equipamentos, bem como investimentos em municípios do interior fluminense também foi significativo, representando aumento do valor liquidado de +R\$87,80 milhões, tendo sido empenhados mais de R\$700 milhões, notadamente

O aumento 12,2% (+R\$134 milhões) nas despesas com pagamento de pensionistas do Rioprevidência reflete, em parte, a continuidade da política de aceleração na concessão e na atualização dos valores das pensões de seus segurados.

Subtraído o pagamento da cessão de direitos ao BB, o crescimento dos investimentos no bimestre foi de R\$87,8 milhões.



R\$117 milhões em transportes, R\$30 milhões na segurança pública, R\$46 milhões na saúde pública e R\$329 milhões no PAC.

No âmbito do PADEM, R\$13,46 milhões liquidados beneficiaram 23 municípios neste primeiro bimestre, direcionados ao desenvolvimento da economia fluminense dessas áreas. Além disso, através do DER foram aplicados R\$8,12 milhões em rodovias e estradas vicinais.

Nas obras do PAC, foram liquidados R\$5,27 milhões no Arco Rodoviário. Assinale-se que os pagamentos do PAC dependem da verificação do acerto das contas pela Caixa Econômica Federal, o que tem tempo específico. A expectativa é que haja maior volume ratificado pela CEF em abril de 2010, permitindo acelerar os pagamentos do Estado.

Foram aplicados R\$ 15,81 milhões no Programa Estradas da Produção, que beneficia produtores rurais estabelecidos ao longo de estradas vicinais, mediante a aquisição e disponibilização de 120 máquinas e equipamentos que vão compor 17 patrulhas mecanizadas em todo o Estado. A meta de 2010 é atingir um total de 25 patrulhas mecanizadas, que permitirão a manutenção permanente da rede de 17 mil quilômetros das vias de escoamento da produção agropecuária.

Na Saúde, foram aplicados R\$23,74 milhões, dando continuidade à implantação de UPAs.

No Programa de Gestão da Frota da área de Segurança Pública, a aquisição de novos veículos para o município de Niterói e municípios da Baixada Fluminense ainda em 2009, impactou a despesa do bimestre em R\$7,02 milhões.¹³

Para o interior fluminense, foram direcionados 42% do gasto em investimentos no bimestre.

¹³ A aquisição da frota tem se dado mediante arrendamento (leasing), com direito de compra ao final do período de arrendamento. Ao ser exercido, esse direito tornará permanente a propriedade do bem por parte do Estado.



Tabela 19

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2009		2010		%Δ 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	127.362	67	329.478	8.029	158,7%	11826,0%
Gestão Ambiental	5.000					
Habitação	16.132	5	62.823	2.739	289,4%	60773,8%
Organização Agrária			125			
Saneamento	106.167		58.917		-44,5%	
Urbanismo	63	63	207.613	5.289	330387,9%	8319,7%
TRANSPORTE	44.650	5.858	117.812	10.663	163,9%	82,0%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET	15.474	1.858	2.500	193	-83,8%	-89,6%
Implantação da Estação General Osório	14.760	3.987	672	593	-95,4%	-85,1%
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	9.200		70.778	8.121	669,3%	
Contenção de Encostas e Taludes			256			
Apoio aos Municípios			41.964	498		
Demais Investimentos	5.217	13	1.642	1.257	-68,5%	9456,4%
SEGURANÇA PÚBLICA	17.966	368	30.562	7.156	70,1%	1844,9%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	1.812	292	8.991		396,1%	
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	8.000	14	12.413	5.830	55,2%	41522,1%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	1.776	55	6	2	-99,7%	-96,8%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	6.379	7	9.154	1.324	43,5%	18926,4%
SAÚDE	8.742	261	48.646	25.044	456,5%	9482,7%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	6.232		31.961	23.748	412,9%	
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	2.101		13.652		549,8%	
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	409	261	3.033	1.297	641,0%	396,1%
EDUCAÇÃO	29.114	129	18.851	2.458	-35,3%	1809,3%
Aperfeiçoamento e Modernização da Rede Escolar - Ensino Fundamental e Médio	25.113		1.202		-95,2%	
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Superior	677	10	4.206	2.445	521,5%	23552,2%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Profissionalizante	1.827		4.292		134,9%	
Implementação, Implantação e Ampliação de Pólos Regionais - Pré-Vestibular			186			
Demais Ações ligadas à Área de Educação	1.497	118	8.964	13	498,7%	-89,1%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	493	7	24.010	15.837	4768,0%	221741,9%
Agricultura	35	7	23.016	15.828	65152,4%	243403,8%
Indústria	12		349		2827,9%	
Comércio e Serviços	446	1	645	10	44,5%	1394,4%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	3.164		61.227	1.640	1835,3%	
Gestão Ambiental	3.164		15.718	1.640	396,8%	
Saneamento			45.508			
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA			404			
Ações ligadas à Área de Assistência Social			18			
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania			386			
CULTURA, DESPORTO E LAZER	659	2	6.949	13	953,7%	581,5%
Ações ligadas à Área de Cultura	659	2	6.943	8	952,9%	288,4%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer			6	6		
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	272		26.401	13.634	9606,2%	
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária			251	174		
Ações ligadas à Área de Urbanismo	272		26.151	13.461	9514,1%	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6		3.666		60353,9%	
ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros			276.035	276.035		
TRABALHO	23		94		305,1%	
JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO	67.350	1.061	89.493	2.793	32,9%	163,2%
ADMINISTRAÇÃO	5.092	447	4.602	539	-9,6%	20,8%
COMUNICAÇÕES	19		1		-95,5%	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			625			
TOTAL	304.914	8.200	1.038.856	363.842	240,7%	4337,2%

Posição SIG/SIAFEM: 19/03/2010

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas as despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução da Secretaria de Estado de Obras – Seobras.

Incluiu-se ainda um Box com a execução do PAC e das despesas com investimentos na área de Saúde.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

As despesas comentadas no corpo deste texto se referem exclusivamente as financiadas com recursos do Tesouro Estadual e que são consideradas para a apuração do índice constitucional; as despesas financiadas com outras fontes de recursos, inclusive os provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS serão comentadas no Box 6 a seguir.

No período janeiro-fevereiro de 2010, o ERJ aplicou em saúde R\$201,92 milhões, incremento de 12,7% (+R\$22,75 milhões) em relação à aplicação realizada no mesmo período em 2009. Pela ótica da liquidação, o ERJ aplicou no 1º bimestre apenas 5,1% da base de cálculo adotada pela Emenda Constitucional nº 29/2000, percentual nitidamente inferior aos 12% constitucionais que as contas anuais devem atender. Trata-se, no entanto do mesmo patamar de 2009, e reflete um padrão sazonal que leva à recuperação dos gastos nos meses seguintes. Em contraste com o valor liquidado, o total de compromissos assumidos no período (empenho) já atinge 17,1% (R\$672,58 milhões) da base de cálculo dos dois meses (Tabela 21).

Para o exercício de 2010 a área da saúde conta com R\$2,53 bilhões, incremento de 13,9% (+R\$309,24 milhões) em relação aos recursos destinados em 2009 que eram de R\$2,22 bilhões.

Tabela 20

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - FEV)		
	Em R\$ milhões		
	2009	2010	Δ %
Base de Cálculo	3.499	3.937	12,5%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	420	472	12,5%
Total da Despesa	179	202	12,7%
% Aplicação	5,1%	5,1%	

Fonte: SIG/SIAFEM (19/03/2010)

Tabela 21

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)			
	Em R\$ milhões			
	2009		2010	
Base de Cálculo (Receita)	3.499		3.937	
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	420		472	
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)				
Total da Despesa	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	380	179	673	202
Índice Const. Aplicado	10,9%	5,1%	17,1%	5,1%

Posição: 19/03/2010



A análise detalhada da despesa, pelo conceito da liquidação, demonstra que nos primeiros dois meses do ano os gastos com pessoal e encargos sociais foram responsáveis por 79,5% do total executado no período (R\$160,52 milhões), seguido pelo custeio com 16,0% (R\$32,34 milhões) e pelo pagamento da dívida com 4,2% (R\$8,53 milhões). O grupo de investimentos com recursos destinados ao cumprimento do mínimo constitucional apresenta uma execução pouco significativa de 0,3% do total (R\$528 mil). A Tabela 22 demonstra a dotação anual para o exercício, assim como a execução no bimestre por grupo de despesa.

No âmbito de pessoal, a despesa de todas as categorias foi superior ao mesmo período de 2009, com destaque para o pessoal militar, especialistas na área da saúde, cujo incremento foi de 10,8% (+R\$3,34 milhões), reflexo do reajuste salarial de 5% para pessoal do CBMERJ a partir de outubro de 2009 e das gratificações de incentivo a resultados (Tabela 23).

No âmbito do custeio, o gasto liquidado no 1º bimestre foi de R\$32,34 milhões, R\$16,70 milhões a mais que o mesmo período de 2009. As despesas com material de consumo (destinados às atividades fim de saúde - Insumo) foram menores que no ano anterior neste primeiro bimestre, por conta do aumento de estoques no final de 2009.

Os demais itens contabilizados como custeio apresentam incremento considerável neste início de ano, com destaque para o apoio logístico para a prestação de serviços (+114,9%) em decorrência da contínua expansão do atendimento oferecido à população.

Também em relação a aquisição de medicamentos excepcionais ou adquiridos via mandado judicial a política de estoque da SESDEC implicou na necessidade de poucas compras no primeiro bimestres.

A execução no grupo de investimentos foi de R\$528 mil, dos quais R\$408,25 mil se referem ao investimento na implantação de Empresa de Biotecnologia – IVB BIOTEC

Tabela 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV)					
	2009		2010		% Δ 2010 / 2009	
	DISP.	LIQ.	DISP.	LIQ.	DOT.	LIQ.
PESSOAL	1.094.446	153.001	1.239.294	160.525	13,2%	4,9%
CUSTEIO	895.161	15.643	1.089.810	32.344	21,7%	106,8%
INVESTIMENTOS	150.595		85.948	528	-42,9%	
AMORT. DA DÍVIDA	86.427	10.537	120.816	8.531	39,8%	-19,0%
TOTAL	2.226.628	179.182	2.535.868	201.929	13,9%	12,7%

Posição: 19/03/2010

Tabela 23

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV)		Δ%
	2009	2010	
PESSOAL MILITAR	31.033	34.376	10,8%
PESSOAL CIVIL	121.925	125.974	3,3%
Estatutário	78.692	81.294	3,3%
Contratação por Tempo Determinado	21.513	22.137	2,9%
Cooperativados	21.719	22.542	3,8%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	43	176	304,3%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	153.001	160.525	4,9%

Posição: 19/03/2010

Tabela 24

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV)		Δ%
	2009	2010	
MEDICAMENTOS	20	500	2363,2%
Em Geral	20	500	2363,2%
MATERIAL DE CONSUMO	1.398	1.572	12,5%
Insumo	641	5	-99,3%
Apoio	757	1.567	107,1%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11.524	24.409	111,8%
Insumo	5.536	9.205	66,3%
Apoio	5.668	12.178	114,9%
Utilidade Pública	320	3.026	845,5%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	2.702	5.863	117,0%
TOTAL DESPESA CUSTEIO SAÚDE	15.643	32.344	106,8%

Posição: 19/03/2010



(Tabela 25). O empenho em investimento por outro lado, chegou a R\$ 21,7 milhões. O investimento no IVB é uma parceria com o Ministério da Saúde e a iniciativa privada, pela qual o IVB passará a produzir medicamentos de alta complexidade, que atualmente são importados, visando reduzir parte do déficit na balança comercial.

Tabela 25

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS) RECURSOS DO TESOURO			
UO	HISTÓRICO	JAN-FEV 2010	
		EMP.	LIQ.
2961 - FES	OBRAS E REFORMAS NO H.E ALBERT SCHWEITZER, H.E. GETÚLIO VARGAS, SUBSOLO DO HEMORIO, H. E. PEDRO II, H. E. CARLOS CHAGAS E H. E. ROCHA FARIA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	1.434.624	120.000
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	1.966.946	-
	AUXILIO FINANCEIRO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARRAIAL DO CABO	250.000	-
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	4.542.857	-
	MÓDULOS PARA COMPOSIÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAs	7.000.000	-
	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)	6.094.242	-
TOTAL FES		21.288.669	120.000
2971 - IVB	IMPLANTACAO DE EMPRESAS DE BIOTECNOLOGIA - IVB BIOTEC	412.989	408.250
TOTAL IVB		412.989	408.250
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		21.701.657	528.250

Posição: 19/03/2010



BOX 5 – A Excelência como parâmetro do investimento em novas unidades de saúde

O investimento em saúde no Estado tem primado pela implantação de unidades de excelência em diversos municípios da região metropolitana, tanto na Baixada (Metro I), quanto ao leste da Baía de Guanabara (Metro II). Essas unidades, que visam atender a toda a região e não apenas o município onde estão localizadas, permitem a concentração e fortalecimento de especialidades cirúrgicas, cujo acesso tempestivo é facilitado pela unificação do despacho do Serviço de Atendimento Médico de Urgência — SAMU.

- O **Hospital Estadual Adão Pereira Nunes**, em Duque de Caxias, tem o maior **serviço de emergência** do Estado —superando em tamanho os hospitais municipais Souza Aguiar ou Miguel Couto localizados no município do Rio de Janeiro. Ele é o único hospital público equipado com ressonância magnética e com um serviço de reimplante de membros, cuja perícia e ação inovadora já foram demonstradas.
- O **Hospital Estadual Alberto Torres**, em São Gonçalo, tem a maior **UTI** do Estado com 75 leitos (segunda maior do país) e deverá abrigar um Centro de Atendimento ao Politraumatizado de excelência.
- Recentemente o **Hospital Estadual da Mulher Heloneida Studard**, em São João de Meriti, veio se juntar ao grupo, com especialização em complicações da maternidade e outras áreas de alta complexidade. O atendimento à mulher deverá se ampliado com a inauguração de dois hospitais com 100 leitos e capacidade de 400 partos/mês, um em Mesquita e o outro em São Gonçalo.
- O Governo deverá também criar um Centro de **Politraumatizados** e Centro de **Tratamento de Queimados** na Baixada Fluminense, e reformar o H.E. João Batista Cafaro, em Itaboraí, para também se dedicar às afecções da Mulher.

A rotatividade e eficiência nas unidades novas ou ampliadas vêm sendo asseguradas pela disponibilidade e coordenação de equipamentos, insumos e pessoal, inclusive com arranjos inovadores nessas áreas.



BOX 6 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes

A área da saúde conta com outras fontes de financiamento, além dos recursos do Tesouro Estadual: Convênios, Sistema Único de Saúde (SUS) e recursos diretamente arrecadados pelo Instituto Vital Brasil (IVB), por meio da venda de soros e fármacos de produção própria. No primeiro bimestre de 2010, essa receita somou R\$108,70 milhões, valor 34,5% (-R\$57,17 milhões) abaixo do realizado no período equivalente de 2009. Fazendo uso da previsão de recursos futuros e quando cabível dos superávits financeiros (recursos poupados em anos anteriores), a assunção de compromissos, i.e., empenhos, com base SUS já se deu em valor maior (R\$ 167 milhões) do que os recursos correntes efetivamente recebidos no ano.

Dos R\$108,70 milhões realizados, R\$104,94 milhões foram recursos provenientes do SUS, cuja arrecadação foi menor em 36,2% (-R\$59,47 milhões) em relação ao total realizado no mesmo período em 2009. Essa redução se explica principalmente por dois fenômenos, um dos quais estruturais. Primeiro, em 2010 as despesas no combate à dengue foram menores. Segundo, muitos municípios do Estado passaram a valer-se da “gestão plena”, isto é em parte, é decorrente da estruturação de alguns municípios fluminenses que foram habilitados a receber esses recursos diretamente do Ministério da Saúde (MS), tornando-se desnecessária a respectiva transferência através do FES.

Em relação aos recursos provenientes de convênios, o incremento de 298,7% (+R\$1,19 milhão) no primeiro bimestre de 2010 (R\$1,59 milhão) quando comparado ao mesmo período em 2009 é decorrente da formalização de novo convênio entre IVB e o MS para produção de soros - Programa Nacional de Imunização. Em 2010 os recursos diretamente arrecadados pelo IVB foram 104,1% superior aos realizados no mesmo período de 2009, conseqüência do contrato de parceria firmado entre o IVB e a FIOCRUZ para o beneficiamento de produtos farmacêuticos e veterinários produzidos pelo segundo. A Tabela abaixo demonstra a receita de outras fontes realizada na área da saúde por Unidade Gestora Executora (UGE):

RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	2009	2010	% Δ 2010 / 2009
SEAP	SUS	740	333	-55,0%
FES	CONVÊNIOS	377	259	-31,3%
	SUS	161.098	104.319	-35,2%
TOTAL FES		161.475	104.578	-35,2%
FUNESBOM	SUS	89	124	39,4%
IVB	CONVÊNIOS	23	1.337	5726,2%
	RECEITA PRÓPRIA	1.060	2.163	104,1%
TOTAL IVB		1.083	3.499	223,2%
UERJ/HUPE	SUS	2.492	173	-93,0%
TOTAL CONVÊNIOS		400	1.596	298,7%
TOTAL SUS		164.419	104.949	-36,2%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		1.060	2.163	104,1%
TOTAL GERAL		165.879	108.707	-34,5%

As despesas liquidadas financiadas com fontes não-Tesouro totalizaram no primeiro bimestre de 2010,



R\$34,13 milhões; esse valor é 7,6% maior que o total executado no primeiro bimestre em 2009 quando foram gastos R\$31,71 milhões.

Sob a ótica das despesas empenhadas, que reflete os compromissos assumidos, o incremento é de 96,6% (+R\$83,84 milhões) em relação a 2009, com execução de R\$170,63 milhões. Os maiores aumentos estão concentrados no FES em ações ligadas a transferências aos municípios (+R\$31,11 milhões), assistência farmacêutica (+R\$16,90 milhões), implantação de UPAs (+R\$24,5 milhões) e vigilância epidemiológica e ambiental (+R\$11,16 milhões). A despesa liquidada representa menos de 20% dos compromissos assumidos.

DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	2009		2010		% Δ 2010 / 2009	
		EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
FES	CONVÊNIOS	250		247		-1,3%	
	SUS	82.253	29.722	167.302	32.645	103,4%	9,8%
TOTAL FES		82.502	29.722	167.549	32.645	103,1%	9,8%
FUNESBOM	RECEITA PRÓPRIA			70			
IVB	CONVÊNIOS	708	448	2.390	993	237,6%	121,7%
	RECEITA PRÓPRIA	390	361	624	496	59,8%	37,4%
TOTAL IVB		1.098	809	3.014	1.489	174,4%	84,1%
UERJ/HUPE	SUS	3.184	1.188				
TOTAL CONVÊNIOS		958	448	2.637	993	175,4%	121,7%
TOTAL SUS		85.436	30.910	167.302	32.645	95,8%	5,6%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		390	361	694	496	77,7%	37,4%
TOTAL GERAL		86.784	31.719	170.633	34.134	96,6%	7,6%

O Estado tem procurado fortalecer a governança da aplicação dos recursos do SUS no Rio de Janeiro, em parceria com os municípios. Os Colegiados de Gestão Regional, por exemplo, permitem que todos os serviços de determinada região sejam oferecidos de forma uniforme aos municípios da região e não apenas a um ou dois. Câmeras de compensação regional também contribuem para suavizar diferenças de capacidade financeira.

Um importante passo também foi ter-se firmado a prática da autorização prévia pela Comissão Bipartite, que integra estado e municípios, no que diz respeito a qualquer repasse de recursos. Tem-se, ainda procurado estabelecer maior proporcionalidade entre a oferta de serviços e leitos municipais e o valor dos repasses do SUS a entes individuais.

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁴

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 12,5% no 1º bimestre de 2010, em relação ao igual período de 2009, definindo uma aplicação mínima de R\$984,28 milhões no período (Tabela 26).

O dispêndio total no bimestre foi de R\$ 789,32 milhões, representando incremento de 11,3% (+R\$ 80,36 milhões) em relação a 2009.

Expressiva parcela dos recursos aplicados foi financiada com o “retorno do FUNDEB” (R\$ 364,52 milhões). São recursos de impostos arrecadados pelo Estado aplicados no FUNDEB nos percentuais estabelecidos pela Lei 11.494/2007, e devolvidos para despesas do próprio Estado, segundo o coeficiente de matrículas sob sua responsabilidade, índice apurado pelo MEC através de censo escolar. A diferença entre a contribuição do Estado (R\$ 654,84 milhões) e o que lhe foi devolvido alcançou R\$ 290,32 milhões, disponibilizados aos municípios fluminenses (Tabela 27). Em 2010 a proporção entregue aos municípios aumentou por conta do maior peso dado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, majoritariamente atendidos pelos municípios, em detrimento da fração alocada aos alunos do secundário e anos mais avançados do fundamental.

Tabela 26

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO
Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		
	2009	2010	Δ %
BASE DE CÁLCULO (receita)	3.499	3.937	12,5%
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	875	984	12,5%
Despesa Aplicada no Período	709	789	11,3%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	20,3%	20,0%	-1,1%

FORNE SIG/SIAFEM
Extração 19/03/2010

Tabela 27

FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN -FEV 2009	JAN-FEV 2010	Δ %
Contribuição do Estado	584,28	654,84	12,1%
Retorno ao Estado	319,68	364,52	14,0%
Transf.Efetiva aos Municípios	264,60	290,32	9,7%

¹⁴ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes UOs:

1801 - Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC

1802 – Departamento Geral de Ações Socio-Educativas –Novo Degase

3702 – Encargos Gerais do Estado – EGE/SEFAZ

4041 – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 – Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 – Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância – CECIERJ

4047 – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO

A SEEDUC é a Unidade Orçamentária da função educação na qual se aplica a maior parcela de recursos, absorvendo R\$ 330,48 milhões no primeiro bimestre de 2010 (41,9% do total da função). Com 72.000 professores, a Rede Estadual de Ensino é responsável pela formação de aproximadamente 1.250.000 alunos matriculados em 1.537 unidades escolares, muitas de ensino fundamental em municípios fluminenses que ainda não assumiram esta responsabilidade integralmente. A despesa com escolas fundamentais se soma à transferência líquida ao FUNDEB, contabilizada como encargo geral do estado--EGE.

O segundo maior item de despesa direta é a UERJ, com R\$ 74 milhões e crescimento de 12,2% (+R\$ 8,06 milhões) em relação a 2009. Desses, R\$6,23 milhões foram devidos ao plano de cargos e salários dos servidores da UERJ.

Na FAETEC, o incremento foi de 10,6% (+ R\$3,87 milhões), dos quais R\$3,16 milhões concentrados em pessoal, também por conta do enquadramento funcional de servidores por tempo de serviço e titulação.

A FAETEC continua implantando CETEPs - Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante. O de Japeri, abriu em fevereiro, oferecendo 790 vagas em cursos de informática, montagem e manutenção de computadores, telemarketing e bombeiro hidráulico. Equipamentos e obras neste CETEP requereram R\$250 mil.

Uma inovação importante em 2010 foi a criação de Unidades Orçamentárias específicas para o Novo-Degase de forma a evidenciar a aplicação de recursos da Função Educação em ações vinculadas ao Programa de Educação para Inclusão Social de adolescentes em conflito com a

Tabela 28

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)			PARTIC.UO DESP	
	2009	2010	Δ %	TOTAL	2010
SEEDUC	303.575	330.480	8,9%		41,9%
NOVO DEGASE	7.522	14.111	87,6%		1,8%
EGE/SEFAZ	264.600	290.323	9,7%		36,8%
FAPERJ	15.880	23.421	47,5%		3,0%
UERJ	65.974	74.012	12,2%		9,4%
FAETEC	36.645	40.517	10,6%		5,1%
UENF	12.091	13.230	9,4%		1,7%
CECERJ	1.742	1.804	3,5%		0,2%
UEZO	930	1.422	52,9%		0,2%
TOTAL DA DESPESA	708.959	789.321	11,3%		100,0%

 FONTE SIG/SIAFEM
 Extração 19/03/2010

lei; e para a UEZO - Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste. Em 2009 essas despesas corriam por conta de dotações da SEEDUC e da FAETEC, respectivamente (Tabela 28).

A FAPERJ aplicou R\$ 23 milhões nos dois primeiros meses de 2010 contra R\$ 15,8 milhões em 2009 (+47,5%), cobrindo diversas linhas de ação no apoio à pesquisa (Tabela 29).

Tabela 29

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ERJ - FAPERJ
DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO

U.O.	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DAS DESPESAS LIQUIDADAS	FAVORECIDO	JAN/FEV2009	JAN/FEV2010
FAPERJ	Apoio a Estudantes e Pesquisadores/FAPERJ	DESPESAS COM BOLSAS DO CONVÊNIO FAPERJ/PAPD DO MÊS DE JAN/FEV/2010	FAPERJ	9.006.986	8.708.947
	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES JANEIRO/2010	CECIERJ	6.720	11.384
		AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES FAPERJ EXTERNA - INTERNA E TUTORIA - VESTIBULAR SOCIAL	CECIERJ	1.135.035	2.469.958
	Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	PARTICIPANTES DO PROATEC	PROATEC/UERJ	177.169	174.717
		PARTICIPANTES DO PRO-CIÊNCIA	PRO-CIÊNCIA/UERJ	1.100.715	2.321.269
	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	FOLHA DOS BOLSISTAS (ESTUDANTES) DA UENF P/ O EXERCÍCIO DE 2010.	UENF	881.606	933.540
		FOLHA DOS BOLSISTAS (PESQUISADORES) DA UENF P/ O	UENF	155.286	137.262
	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	AUXÍLIO A PESQUISA PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (ADT1) CUSTEIO AUXÍLIO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS (APQ2) CUSTEIO AUXÍLIO A PESQUISA À EDITORAÇÃO (APQ3) CUSTEIO AUXÍLIO A PESQUISA PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PROGRAMA INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA ERJ-INC&T/2008 TERCEIRA PARCELA CUSTEIO PROGRAMA NACIONAL DE NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA- PRONEX AUXÍLIO A PESQUISA APQ1 AUXÍLIO A PESQUISA FAPERJLABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO AUXÍLIO A PESQUISA GRUPO EMERGENTES(GUPO DE PESQUISADORES NÃO DOUTORES SENIORS)	PESQUISADORES	213.743	645.380
			PESQUISADORES	357.409	25.329
			PESQUISADORES	19.116	38.300
			PESQUISADORES	-	64.250
			PESQUISADORES	113.838	4.221.571
			PESQUISADORES	-	1.272.500
			PESQUISADORES	4.300	-
			PESQUISADORES	80.000	-
PESQUISADORES			2.628.366	-	
TOTAL CUSTEIO					15.880.290
Auxílio Financeiro à Pesquisadores	PESQUISA PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (ADT1)	PESQUISADORES	-	650.736	
	PROGRAMA INC&T/2008 TERCEIRA PARCELA CAPITAL	PESQUISADORES	-	1.745.842	
TOTAL INVESTIMENTO			-	2.396.578	
TOTAL GERAL				15.880.290	23.420.983

No âmbito das despesas por grupo, o dispêndio em pessoal ativo na Função Educação foi de R\$434,41 milhões, representando incremento de 11,3% (+R\$44,11 milhões). Desta despesa, R\$ 312,02 milhões (71,8%) foram executados pela própria SEEDUC (Gráfico 2), sendo outros 13,3% pela UERJ e 9% pela FAETEC. No bimestre a despesa de pessoal da SEEDUC aumentou 7,4% em virtude do correção salarial e da incorporação da gratificação do Programa Nova escola ao vencimentos.

Tabela 30

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV)		
	2009	2010	Δ %
PESSOAL	390.303	434.418	11,3%
CUSTEIO	318.656	352.493	10,6%
INVESTIMENTO	1	2.410	415335,6%
INVERSÕES			
TOTAL DA DESPESA	708.959	789.321	11,3%

FONTE SIG/SIAFEM
Extração 19/03/2010

Cabe assinalar que foram admitidos 27.900 professores especializados nas diversas disciplinas que compõem a grade curricular desde 2007.

Na FAPERJ o incremento de R\$6,23 milhões é decorrente do pagamento do Plano de Cargos e Salários dos profissionais, docentes e técnicos, implantado em 2009 em parcelas semestrais.

Os gastos de custeio na função aumentaram 10,6% (+R\$ 33,83 milhões) quando desconsiderada a transferência para o FUNDEB, repetindo o desempenho de 2009 nesse início de ano. A aparente redução do gasto em custeio de fontes Tesouro na SEEDUC foi compensada pela maior aplicação de recursos de fontes não Tesouro, sem prejuízo do volume de despesas de manutenção.

Na FAPERJ o gasto em custeio aumentou 32,4% (+R\$5,14 milhões) em relação a 2009, por conta da política de fomento à concessão de bolsas acadêmicas para alunos e professores, além do auxílio financeiro para a realização de projetos de pesquisas individuais ou coletivos.

Na FAETEC, o gasto do bimestre aumentou apenas R\$704,00 mil, dos quais 40% foram destinados ao Grupo Afroreggae para realização de um trabalho pedagógico de alguma envergadura.

A despesa liquidada em investimentos apresentou a sazonalidade típica, alcançando apenas R\$ 2,4 milhões dos R\$96 milhões do orçamento já liberado. Esse investimento foi concentrado na FAPERJ em auxílios financeiros à pesquisadores, classificados como investimentos conforme a Lei de Inovação Tecnológica. Mesmo empenho na função educação, alcançou apenas R\$10,67

Gráfico 2

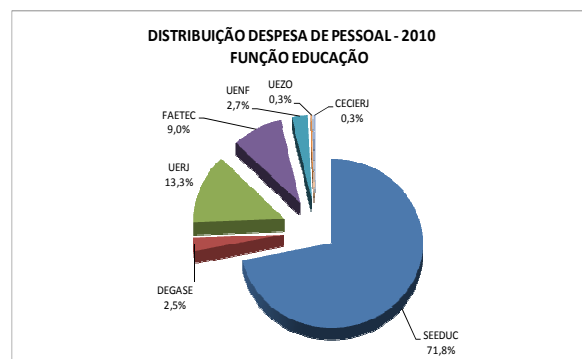


Tabela 31

FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV)		
	2009	2010	Δ %
SEEDUC	21.242	18.454	-13,1%
NOVO DEGASE		3.118	
FAPERJ	15.880	21.024	32,4%
UERJ	14.439	16.229	12,4%
FAETEC	906	1.610	77,6%
UENF	1.445	1.365	-5,5%
CECIERJ	143	322	124,3%
UEXO		50	
SUBTOTAL	54.056	62.170	15,0%
Transf. FUNDEB - Perda líquida	264.600	290.323	9,7%
TOTAL GERAL	318.656	352.493	10,6%

FORNE SIG/SIAFEM
Extração 19/03/2010

milhões, ou 11,0% do disponível para o primeiro quadrimestre (Tabela 32).

Tabela 32
**INVESTIMENTOS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO
RECURSOS DO TESOURO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	JAN-FEV/2010		
		EMP.	LIQ.	PAGO
1801 - SEEDUC	CONSTRUÇÃO DA E.E. PADRÃO JARDIM AMÉRICA, REFORMA DE SALAS DE AULA NO COLÉGIO CENECISTA DEDO DE DEUS EM MAGÉ, OBRAS DIVERSAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E CAMPOS	1.199.302	-	-
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	208.771	-	-
Total SEEDUC		1.408.073	-	-
1802- DEGASE	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTIL DE CAMPOS - CAI E REFORMAS NOS CENTROS DE RECURSOS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE (CRIAAD) DE TERESÓPOLIS, ILHA DO GOVERNADOR E SÃO GONÇALO	1.771.705	-	-
Total NOVO DEGASE		1.771.705	-	-
4041 - FAPERJ	AUXÍLIO FINANCEIRO À PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (ADT 1)	2.396.577	2.396.577	1.745.842
Total FAPERJ		2.396.577	2.396.577	1.745.842
4043 - UERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.255	12.949	6.749
Total UERJ		34.255	12.949	6.749
4044 - FAETEC	REFORMA EM GERAL EM CENTROS DE ENSINO TECNOLÓGICO DA FAETEC NO RIO DE JANEIRO, TRÊS RIOS E HOTEL ESCOLA PARQUE ARARUAMA	4.105.582	-	-
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	186.350	-	-
Total FAETEC		4.291.931	-	-
4045 - UENF	REORMAS NO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UENF, CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA TRATORES	723.736	-	-
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.536	-	-
TOTAL UENF		728.272	-	-
4046 - CECIERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	43.989	-	-
Total CECIERJ		43.989	-	-
TOTAL		10.674.802	2.409.526	1.752.591

BOX 7 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos

A área de educação também conta com recursos provenientes de convênios, transferências da União/Salário Educação e aqueles diretamente arrecadados.

RECEITA REALIZADA OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT U.O	FR	JAN-FEV 2009	JAN-FEV 2010	% Δ
SEEDUC	Salário Educação	55.086.851	60.635.699	10,1%
	Convênios	65.463	289.936	342,9%
SEEDUC TOTAL		55.152.314	60.925.635	10,5%
DEGASE	Convênios	-	2.880.959	
DEGASE TOTAL		-	2.880.959	
FAPERJ	Diretamente Arrecadados	679	-	
	Convênios	906.050	1.310.703	44,7%
TOTAL FAPERJ		906.729	1.310.703	44,6%
UERJ	Diretamente Arrecadados	6.925.588	4.791.294	-30,8%
	Convênios	2.597.360	2.057.187	-20,8%
TOTAL UERJ		9.522.948	6.848.481	-28,1%
FAETEC	Diretamente Arrecadados	2.108	729	-65,4%
	Convênios	222.633	2.815	-98,7%
TOTAL UENF		224.741	3.544	-98,4%
UENF	Diretamente Arrecadados	13.157	20.193	53,5%
	Convênios	793.072	490.297	-38,2%
TOTAL UENF		806.229	510.490	-36,7%
CECERJ	Diretamente Arrecadados	69.189	49.222	-28,9%
	Convênios	1.311.232	8.004	-99,4%
TOTAL CECERJ		1.380.421	57.226	-95,9%
UEZO	Diretamente Arrecadados	-	5.800	
UEZO TOTAL		-	5.800	
TOTAL SALÁRIO EDUCAÇÃO		55.086.851	60.635.699	10,1%
TOTAL CONVÊNIO		5.895.810	7.039.901	19,4%
TOTAL DIRETAMENTE ARRECADADOS		7.010.721	4.867.238	-30,6%
TOTAL GERAL		67.993.382	72.542.839	6,7%

A arrecadação no primeiro bimestre de 2010 do Salário Educação aumentou 10,1% (+R\$5,54 milhões) em relação a 2009; As transferências de convênios subiram 19,4% (+R\$1,14 milhões), enquanto que os recursos diretamente arrecadados pelas Fundações apresentaram redução de 30,6% (-R\$2,14 milhões), basicamente concentrada na UERJ.

Pelo lado da despesa, a execução do bimestre teve incremento de 17,5% (+R\$2,74 milhões) quando comparada a igual período de 2009. A execução dessas despesas representa apenas 2,28% da despesa em educação executada com recursos do Tesouro Estadual (R\$789,32 milhões). A execução com fontes não-Tesouro no primeiro bimestres correspondeu a 25,4% dos recursos disponíveis, refletindo certa sazonalidade.

Ao se examinar a destinação dos recursos por unidade orçamentária, verifica-se que a despesa da SEEDUC financiada com recursos do salário-educação apresentou um crescimento de 35,1% (+R\$2,84 milhões) em relação a 2009. Essa despesa se destina basicamente à Nutrição Escolar (R\$9,41 milhões). Os recursos de convênios foram aplicados no Programa Brasil Alfabetizado em diversas unidades escolares. Na Faperj, os recursos de convênios correspondem a auxílios a bolsistas junto ao Instituto Oswaldo Cruz.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT U.O	FR	JAN-FEV 2009	JAN-FEV 2010	% Δ
SEEDUC	Salário Educação	8.102.232	10.948.858	35,1%
	Convênios	600.040	719.485	19,9%
SEEDUC TOTAL		8.702.272	11.668.343	34,1%
FAPERJ	Diretamente Arrecadados	-	178.299	
	Convênios	2.807.292	2.147.574	-23,5%
TOTAL FAPERJ		2.807.292	2.325.872	-17,1%
UERJ	Diretamente Arrecadados	1.553.391	2.578.883	66,0%
	Convênios	853.091	978.152	14,7%
TOTAL UERJ		3.692.673	3.996.358	8,2%
UENF	Diretamente Arrecadados	-	1.140	
	Convênios	236.634	21.283	-91,0%
TOTAL UENF		236.634	22.423	-90,5%
CECERJ	Diretamente Arrecadados	61.005	135.870	122,7%
	Convênios	195.848	290.356	48,3%
TOTAL CECERJ		256.853	426.225	65,9%
TOTAL SALÁRIO EDUCAÇÃO		8.102.232	10.948.858	35,1%
TOTAL CONVÊNIOS		4.692.904	4.156.850	-11,4%
TOTAL DIRETAMENTE ARRECADADOS		1.614.397	2.894.191	79,3%
TOTAL GERAL		15.695.724	18.439.223	17,5%

IV. 3.3 FECAM

Em 2010, a previsão de aplicação em projetos ambientais financiados com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM cresceu 31,63% em relação a 2009. Parte desse crescimento se deve à receita decorrente do acerto de Marlim efetuado em 2009, que trouxe R\$32,7 milhões em 2009 e R\$101,3 milhões em 2010. Quando considerada apenas a previsão da receita do exercício o crescimento é de 6,06% (Tabela 33).

Em 2010, os recursos para aplicação em projetos ambientais estão todos alocados na própria UO 2404 - FECAM e serão utilizados pelas mesmas unidades orçamentárias beneficiárias mediante descentralização, sujeita a aprovação do Conselho do FECAM.

No bimestre, a base de cálculo aumentou 36,9% em relação a 2009 (Tabela 34). Tratando-se de projetos novos, a liquidação no primeiro bimestre corresponde a apenas 0,1% dos recursos disponíveis. A empenhada de R\$ 59,16 milhões

Tabela 33

ORÇAMENTO ANUAL FECAM

Em R\$ Mil

ÓRGÃO	REALIZADO 2009	DOT. ATUAL 2010	Δ% 2009/DOT. ATUAL 2010
SEOBAS	25.143		
CEHAB	609		
SEA	9.267		
FECAM	82.823	342.929	
INEA	78.423		
RIOTRILHOS	64.255		
TOTAL GERAL*	260.521	342.929	31,63%
TOTAL GERAL (EXCLUÍDO ACERTO MARLIM)	227.821	241.629	6,06%

*Inclui R\$32,7 mm de Marlim em 2009 e R\$101,3 mm em 2010

corresponde a 4% da base de cálculo do bimestre, refletindo um ritmo de aplicação sustentável (Tabela 35). Desse valor, aproximadamente R\$45 milhões serão executados pela CEDAE a serviço do governo, especialmente ações de despoluição e saneamento em áreas carentes.

O FECAM tem tido um papel crescente na articulação de uma política estadual de conservação ambiental, inclusive nas suas componentes de tratamento do resíduo sólido e saneamento sanitário. Neste sentido, a elaboração de projetos básicos para sistemas de esgoto sanitários em vários municípios do Estado terá particular importância na utilização do espaço de financiamento de R\$5,38 bilhões obtido pelo Estado, e dos quais R\$1,26 bi está destinado ao saneamento e R\$0,25 bilhão para a conservação ambiental.

Tabela 34

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM (LIQUIDADO)			
Em R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		
	2009	2010	%
Base de Cálculo*	908	1.243	36,9%
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	45	62	36,9%
Total da Despesa		2	
Índice Constitucional Recursos aplicados	0,0%	0,1%	

*Desconsiderada Receita referente ao acerto de Marlim - parcelas de jan/fev (R\$210,71 mm)

Tabela 35

UGE	INVESTIMENTOS	EMPENHADO	LIQUIDADO
EMOP	MATERIALIZAÇÃO DE ECOLIMITES	5.655.575	-
SEOBRAS	ABAST. DE ÁGUA BAIXADA FLUMINENSE/S. GONÇALO - PAC	1.473.164	-
	PARQUE DE TRATAM DE ÁGUA GUANDÚ - PAC	510.740	-
	ELABORACAO DE RELATORIO E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL, PROJ.DE MONITORAMENTO ARQUEOLOGICO E ADEQUACAO DO PROJETO DE ENGENHARIA DA ESTRADA PARQUE DA RJ-165 - PARATY-CUNHA	756.000	-
	SANEAMENTO DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA	1.156.412	-
SEA	PROGRAMA DE COMBATE E ADAPTAÇÃO ÀS MUD. CLIMÁTICAS GLOBAIS - MONITORIA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS E CRESCIMENTO URBANO NO RJ.	247.109	116.998
	LIXO ZERO	294.624	-
	IMPLANTAÇÃO DE REDE LÓGICA E PONTOS ELÉTRICOS NO PRÉDIO DA SEA/INEA	332.813	-
	RIO LIMPO - ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA SISTEMAS DE ESG. SANIT. NOS MUNICÍPIOS CONCEIÇÃO DE JACAREI, SÃO GONÇALO, ITABORAI, CONCEIÇÃO DE MACACU, VASSOURAS, MARICÁ E SÃO JOÃO DA BARRA.	2.190.718	1.307.794
FECAM	INDENIZAÇÕES CONCEDIDAS A PESSOAS FÍSICAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE CONTROLE DE INUNDACOES E RECUPERACAO AMBIENTAL DOS RIOS IGUAÇU BOTAS E SARAPUI - PROJETO IGUAÇU-PAC	214.883	214.883
CEDAE	ESGOTAMENTO SANIÁRIO ZONA OESTE	32.000.000	-
	SANEAMENTO DAS BACIAS - BAÍA DE GUANABARA	13.000.000	-
UERJ	AGENDA 21 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1.029.206	-
	LIXO ZERO	296.523	-
TOTAL GERAL		59.157.767	1.639.674

IV. 3.4 Secretaria de Estado de Obras

Diante da considerável soma de recursos para investimentos alocados no orçamento da Secretaria de Obras, neste boletim apresenta-se um panorama da Secretaria como um todo, incluindo suas entidades supervisionadas, diferente das edições anteriores em que se comentava apenas o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É importante evidenciar a aplicação de recursos em infra-estrutura executados pelo DER, principalmente em municípios do interior fluminense com vistas a promover o desenvolvimento e dinamizar a economia dessas localidades.

Para a Seobras e suas entidades supervisionadas, no orçamento de 2010, consideradas todas as fontes de recursos, estão destinados recursos no valor total de R\$3,26 bilhões, dos quais 69,1% estão alocados na própria Secretaria (R\$2,25 bilhões); 29,6% no DER (R\$968,48 milhões); 1,3% na EMOP (R\$41,67 milhões); e 0,01% no IEEA (R\$280 mil) (Tabela 36).

Os recursos do Tesouro Estadual, aí incluídas as operações de crédito, participam com 62,5% do total (R\$2,04 bilhões). Desse montante, para o DER estão sendo destinados 43,2% (R\$884,42 milhões), dos quais R\$763,46 milhões para a malha viária, em especial para estradas e rodovias do interior do Estado (+R\$571,52 milhões que em 2009).

As operações de crédito somam R\$736,05 milhões:

- R\$657,94 milhões constituem contrapartida do ERJ em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aí incluídos R\$320,98 milhões para

Tabela 36

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

Em R\$ mil

UO	GD	2009		2010		Δ % 2010/2009	
		DOT. ATUAL	LIQ.	DOT. ATUAL	LIQ.	DOT. ATUAL	LIQ.
SEOBRAS	TESOURO	246.970	1.993	381.282	16.075	54,4%	706,5%
	CONVÊNIO	1.006.149	63	1.139.699	5.276	13,3%	8299,0%
	OP. CRÉDITO	296.432		736.049		148,3%	
	DIR. ARRECAD.			423			
TOTAL SEOBRAS		1.549.550	2.056	2.257.453	21.351	45,7%	938,5%
IEEA	TESOURO	320	36	280	39	-12,4%	7,1%
TOTAL IEEA		320	36	280	39	-12,4%	7,1%
DER	TESOURO	299.078	19.606	884.425	33.914	195,7%	73,0%
	CIDE	41.457	13	62.925	443		
	DIR. ARRECAD.	22.000	355	21.136	376	-3,9%	6,0%
TOTAL DER		362.536	19.973	968.486	34.734	167,1%	73,9%
EMOP	TESOURO	39.418	6.029	41.444	6.325	5,1%	4,9%
	DIR. ARRECAD.	300		228	4	-23,8%	
TOTAL EMOP		39.718	6.029	41.672	6.329	4,9%	5,0%
TOTAL TESOURO		585.786	27.664	1.307.431	56.353	123,2%	103,7%
TOTAL CONVÊNIO		1.006.149	63	1.139.699	5.276	13,3%	8299,0%
TOTAL OP. CRÉDITO		296.432		736.049		148,3%	
TOTAL CIDE		41.457	13	62.925	443	51,8%	3269,4%
TOTAL DIRET. ARRECAD.		22.300	355	21.788	380	-2,3%	7,1%
TOTAL OBRAS		1.952.124	28.095	3.267.891	62.452	67,4%	122,3%

Posição: 19/03/2010

Tabela 37

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

UO	GD	2009 (JAN-FEV)		2010 (JAN-FEV)		Δ % 2010/2009	
		DOT. ATUAL	LIQ.	DOT. ATUAL	LIQ.	DOT. ATUAL	LIQ.
SEOBRAS	PESSOAL	11.962	1.958	12.305	2.182	2,9%	11,4%
	CUSTEIO	6.390	35	11.278	419	76,5%	1080,8%
	INVESTIM.	1.531.199	63	2.233.869	18.750	45,9%	29747,1%
TOTAL SEOBRAS		1.549.550	2.056	2.257.453	21.351	45,7%	938,5%
IEEA	PESSOAL	258	34	229	36	-11,5%	7,0%
	CUSTEIO	60	3	49	3	-18,3%	8,9%
	INVESTIM.	1		2			
TOTAL IEEA		320	36	280	39	-12,4%	7,1%
DER	PESSOAL	83.057	11.414	82.175	14.499	-1,1%	27,0%
	CUSTEIO	227.005	8.546	210.010	10.358	-7,5%	21,2%
	INVESTIM.	52.473	13	676.300	9.877	1188,8%	74965,8%
	INVERSÕES	1		1			
TOTAL DER		362.536	19.973	968.486	34.734	167,1%	73,9%
EMOP	PESSOAL	30.155	5.613	33.473	5.787	11,0%	3,1%
	CUSTEIO	8.060	416	6.639	542	-17,6%	30,1%
	INVESTIM.	1.503		1.560		3,8%	
TOTAL EMOP		39.718	6.029	41.672	6.329	4,9%	5,0%
TOTAL PESSOAL		125.432	19.019	128.181	22.504	2,2%	18,3%
TOTAL CUSTEIO		241.515	9.000	227.977	11.322	-5,6%	25,8%
TOTAL INVESTIMENTO		1.585.176	76	2.911.731	28.627	83,7%	37577,9%
TOTAL INVERSÕES		1		1			
TOTAL OBRAS		1.952.124	28.095	3.267.891	62.452	67,4%	122,3%

Posição: 19/03/2010

projetos ambientais, especificamente de saneamento; e

- R\$78,5 milhões para a continuidade do Programa Delegacia Legal que visa aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços policiais, através do uso de tecnologia, do treinamento permanente dos recursos humanos e da reestruturação dos processos de trabalho, para proporcionar um melhor atendimento à população.

Expressiva soma de recursos do Tesouro destina-se ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM, R\$189,75 milhões (+177,3% que em 2009).

Os recursos de convênios firmados com a União participam com 34,9% (R\$1,14 bilhões), dos quais estão destinados ao PAC R\$1,03 bilhão. (Tabela 36).

A análise por grupo de despesa evidencia que os investimentos correspondem a 89,1% dos recursos da Secretaria (R\$2,91 bilhões), seguidos pelo custeio, com 7% (R\$227,97 milhões), e por pessoal, com 3,9% (R\$128,18 milhões). Aproximadamente 90% do custeio destina-se à aquisição de massa asfáltica pelo DER para manutenção das estradas (a manutenção, ao contrário de reformas e construções é uma atividade de custeio).

A execução do orçamento da SEOBRAS, correspondente à liquidação de R\$ 62,45 milhões, também acelerado, com incremento de 122,3% (+R\$34,35 milhões) no primeiro bimestre de 2010.

Se o valor liquidado representa apenas 3,5% da dotação liberada para empenho no 1º quadrimestre (Tabela 38), o valor liquidado de R\$

Tabela 38

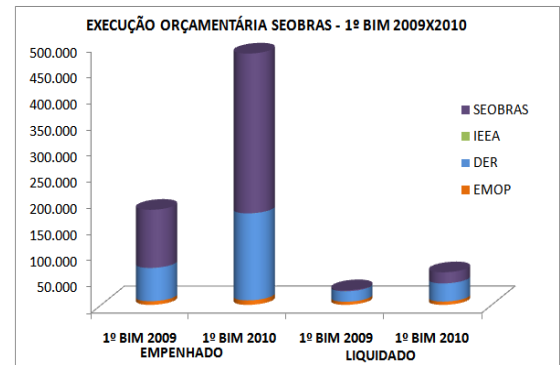
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SECRETÁRIA DE ESTADO DE OBRAS EMPENHO X LIQUIDAÇÃO (JAN/FEV)						
Em R\$ mil						
UO	2009		2010		Δ % 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
EMOP	7.066	6.029	8.685	6.329	22,9%	5,0%
DER	63.713	19.973	166.736	34.734	161,7%	73,9%
IEEA	45	36	43	39	-5,7%	7,1%
SEOBRAS	111.474	2.056	306.520	21.351	175,0%	938,5%
TOTAL	182.298	28.095	481.983	62.452	164,4%	122,3%

Posição: 19/03/2010

481,98 milhões corresponde a 27% daquela dotação (que corresponde a 60% da dotação anual). Assinale-se que o valor total empenhado foi 164,4% maior do que no mesmo período de 2009 (R\$182,29 milhões).

As principais intervenções executadas no primeiro bimestre de 2010 foram (Tabela 39):

- implantação do arco rodoviário – PAC (+R\$5,27 milhões)
- melhorias em rodovias vicinais e obras de arte (+R\$8,12 milhões) e
- PADEM (+R\$13,46 milhões).

Gráfico 3

Tabela 39
Principais Investimentos Secretaria de Estado de Obras

DISCRIMINAÇÃO	2009 (JAN-FEV)			2010 (JAN-FEV)			Δ % 2010/2009		
	DOT. ATUAL	EMP.	LIQ.	DOT. ATUAL	EMP.	LIQ.	DOT. ATUAL	EMP.	LIQ.
SEOBRAS	1.531.199	106.502	63	2.233.869	300.247	18.750	45,9%	181,9%	29747,1%
Arco Rodoviário	378.508	63	63	616.394	43.121	5.277	62,8%	68542,9%	8300,4%
Saneamento e Trat. Água e Esgoto - PAC	385.718	106.167		362.684	51.524		-6,0%	-51,5%	
Urbanização da Rocinha - PAC	104.861			143.520	35.458		36,9%		
Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	219.511			392.848	86.191		79,0%		
Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	107.986			113.960	39.420		5,5%		
Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	24.493			38.709	3.422	12	58,0%		
Reeestrut. Delegacia Legal	118.299			95.905	7.058		-18,9%		
PRODETUR	52.852			87.589	508		65,7%		
Projetos Especiais - PADEM	68.418	272		189.750	24.684	13.461	177,3%	8974,8%	
Demais Intervenções	70.553			192.512	8.860		172,9%		
IEEA	1			2			100,0%		
Manutenção das Ativ. Administ. e Operacionais	1			2			100,0%		
DER	52.473	14.417	13	676.300	114.637	9.877	1188,8%	695,2%	74968,2%
Atendimento aos Municípios em situação de emergência	12.000								
Impl Rest, Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	25.630	9.200		462.794	70.778	8.121	1705,7%	669,3%	
Contenção de Encostas e Taludes	4.277			5.805			35,7%		
Apoio aos Municípios	200			200.190	41.964	498	99995,0%		
Demais Intervenções	10.366	5.217	13	7.511	1.895	1.257	-27,5%	-63,7%	9456,7%
EMOP	1.503			1.560			3,8%		
Reforma e Reaparelhamento das Unidades da EMOP	877			1.350			54,0%		
Demais Intervenções	626			210			-66,5%		
TOTAL INVESTIMENTOS - OBRAS	1.585.176	120.918	76	2.911.731	414.883	28.627	83,7%	243,1%	37578,1%

Posição: 19/03/2010

BOX 8 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

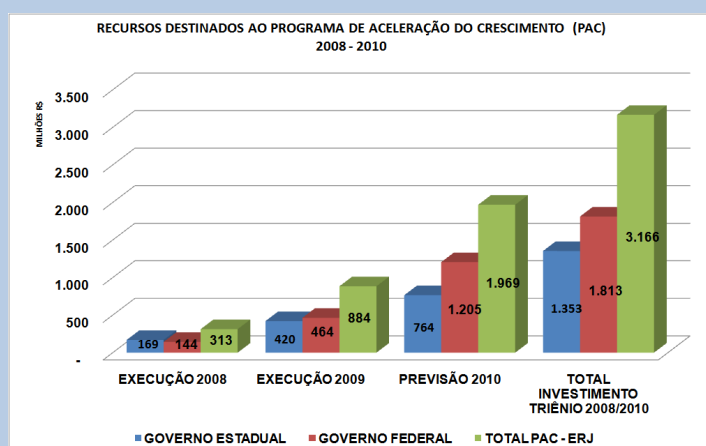
O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desenvolvido em parceria com o Governo Federal integra o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito dos Projetos Estratégicos Estruturantes. O Programa coordenado pela Seobras é executado, pela própria Seobras e suas entidades supervisionadas, assim como pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA), pela Companhia Estadual de Habitação (Cehab) e pelo Instituto Estadual de Terras (ITERJ).

Iniciado em 2008, o PAC conta com recursos de receitas correntes próprias do Estado, de operações de crédito contraídas pelo Estado, e de convênios firmados com a União. Suas intervenções estão apoiadas em três grandes pilares: urbanização de favelas, saneamento, e construção do Arco Rodoviário.

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO		PREVISÃO INVESTIMENTO 2010	TOTAL INVESTIMENTO TRIÊNIO 2008/2010
		2008	2009		
HABITAÇÃO URBANA	1570 Projetos Habitacionais a cargo do FEHIS	-	4.844.328	72.832.893	77.677.221
	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.926.052	11.715.627	20.180.141	36.821.721
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	6.311.403	9.564.253	20.769.732	36.645.388
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	22.371.524	19.888.580	17.038.447	59.298.551
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		33.608.979	46.012.688	130.821.213	210.442.880
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	12.432.194	78.285.394	143.519.572	234.237.160
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	101.530.012	298.379.587	392.847.632	792.757.231
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	162.216.576	113.959.993	342.123.801
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	20.509.519	38.708.831	83.211.514
	5273 Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	11.046.388	29.845.007	100.295.000	141.186.396
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		214.948.990	589.236.084	789.331.028	1.593.516.101
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1305 Implampl Sist Saneamento Peq Localidades	-	2.061.917	121.349.352	123.411.269
	1606 Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	4.550.999	19.731.141	90.986.890	115.269.029
	1607 Ampl Abast Água Baixada e S Gonçalo - PAC	27.826.087	68.767.271	141.794.756	238.388.114
	1608 Melhoria Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.299.511	4.046.919	6.349.287
TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO		33.379.943	91.859.839	358.177.917	483.417.699
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitan - PAC	13.713.767	48.992.925	616.393.754	679.100.447
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	16.616.306	107.189.738	89.381.075	193.187.119
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2204 Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	465.011	731.072	5.163.523	6.359.607
TOTAL PAC - ERJ		312.732.996	884.022.346	1.969.268.510	3.166.023.853

Posição: SIG/SIAFEM 02/02/2010

A evolução da execução do PAC é manifesta, tendo passado de R\$ 313 milhões em 2008 para R\$ 884 milhões em 2009 e R\$ 1,97 bilhão em 2010. Destes, o governo estadual financiou R\$ 420 milhões em 2009 e deverá financiar R\$ 764 milhões em 2010.



Como todo projeto pioneiro no Brasil, o PAC tem se ajustado a mudanças na avaliação das necessidades e escopo do projeto, assim como de custos. Essa evolução é ilustrada pelas variações no Quadro de Composição de Investimentos—QCI, detalhada por projeto, e por fonte de recursos. Verifica-se que em alguns projetos a ampliação do escopo sob responsabilidade do Estado excedeu a 100%, tendo alcançado mais de 300% em projetos como Manguinhos e Pavão-Pavãozinho onde a abordagem do projeto passou a contemplar componentes de saúde, educação e cultura. Na Rocinha, onde o Estado



contava com um projeto mais detalhado em 2007, as ampliações foram menores.

Quadro de Composição de Investimentos – QCI do PAC

COMPLEXOS	VALOR INICIAL / PARTICIPAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO			VALOR ATUAL / PARTICIPAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO			% Δ		
	UNIÃO	ESTADO	TOTAL	UNIÃO	ESTADO*	TOTAL	UNIÃO	ESTADO	TOTAL
PARTICIPAÇÃO	76%	24%	100%	56%	44%	100%			
ROCINHA	141.000	39.200	180.200	179.435	91.095	270.530	27,3%	132,4%	50,1%
Rocinha I	58.500	11.700	70.200	81.143	38.931	120.075	38,7%	232,7%	71,0%
Rocinha II	82.500	27.500	110.000	98.292	52.163	150.455	19,1%	89,7%	36,8%
ALEMÃO	371.203	123.800	495.003	371.203	351.821	723.024	0,0%	184,2%	46,1%
MANGUINHOS	176.200	55.567	231.767	251.581	321.518	573.099	42,8%	478,6%	147,3%
PAVÃO-PAVÃOZINHO**	26.411	8.804	35.215	53.474	36.921	90.395	102,5%	319,4%	156,7%
TOTAL PAC COMPLEXO	714.814	227.371	942.185	855.693	801.355	1.657.048	19,7%	252,4%	75,9%
ARCO-RODOVIÁRIO**	700.000	228.681	928.681	792.358	500.044	1.292.402	13,2%	118,7%	39,2%
TOTAL	1.414.814	456.052	1.870.866	1.648.051	1.301.399	2.949.450	16,5%	185,4%	57,7%

*Inclui R\$259.138.332 decorrente de financiamento no âmbito do Pró-transporte (R\$15,96 Rocinha I, R\$15,65 Rocinha II, R\$116,59 Alemão e R\$110,92

**Fonte: SIG (Execução 2008), OF. SSE/SEOBAS nº 1.743 (Previsão 2009) e Apresentação SEOBAS (Previsão 2010)

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira¹⁵

A Cota Financeira é o mecanismo que permite aos órgãos saberem quanto e quando disporão de recursos para o efetivo pagamento dos bens e serviços adquiridos. Se por um lado os órgãos só podem efetuar seus empenhos dentro das suas cotas **orçamentárias liberadas**, por outro eles só podem emitir Programações Desembolso até o valor das respectivas cotas **financeiras liberadas**, que são definidas de acordo com um cronograma mensal.

Em 2010, a programação orçamentária e financeira foi tratada no Decreto nº 42.239, o qual também dispôs sobre a competência da SEFAZ na definição dos critérios empregados na metodologia de fixação das cotas financeiras – Resolução SEFAZ nº 279/2010 (BOX 9).

O aprimoramento da metodologia, efetuado em 2010, aumenta a transparência dos pagamentos e cria incentivos para os órgãos sincronizarem a programação de desembolso com a liquidação dos seus empenhos. Essas inovações — junto com a nova sistemática implantada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), a qual requer que o ordenador de despesa informe não só o Programa de Trabalho e o número da nota fiscal correspondente a cada pedido de desembolso, mas também a competência do gasto (o período a que ele corresponde) — permitem que o Estado palmilhe novo território em termos de planejamento, execução, contabilidade e rastreamento do gasto.

A programação financeira de 2010 apresenta duas inovações metodológicas: (a) um cronograma explícito para o pagamento de restos a pagar processados do ano anterior, e (b) o dispositivo para redistribuir os saldos de cota financeira não utilizada pelos órgãos ao fim de cada bimestre, para evitar que saldos acumulados possam gerar grandes saques inesperados contra o Tesouro do Estado.

¹⁵ Os valores apresentados na Tabela 41 estão acumulados.



BOX 9 – Aprimoramento da Metodologia de definição da Cota Financeira

A publicação de um cronograma mensal de programação financeira é uma das ferramentas de gestão codificadas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e se desdobra na publicação detalhada da aplicação desse cronograma em uma resolução do Secretário da Fazenda. Assim, a distribuição mensal do limite para emissão de PD's se faz de acordo com as Metas Fiscais de Arrecadação e o Cronograma de Desembolso (LRF/Art.8º).

A definição de cota financeira é um instrumento fundamental para a administração das disponibilidades do Tesouro Estadual, sendo a sua definição obtida a partir do trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, cujo objetivo é otimizar a administração dos recursos e pagamentos do Estado, e da Subsecretaria de Política Fiscal, que procura compatibilizar as necessidades de pagamento de cada órgão às metas financeiras globais do Estado. A harmonização dessas duas vertentes tem permitido aos órgãos se planejarem com muito maior eficiência e efetividade, e ao Estado acelerar e dar maior previsibilidade ao pagamento de seus compromissos financeiros.

Enquanto nas fontes Tesouro a variável chave para a definição da cota é o perfil do Fluxo de Caixa do Tesouro, para as Outras Fontes, tipicamente se replica a execução do ano anterior, com ajustes que reflitam informações complementares disponíveis, especialmente após a primeira revisão bimestral.

Em 2010, as duas principais inovações na metodologia de definição e revisão das cotas financeiras foram:

- (a) a segregação das despesas de cada órgão, com “restos a pagar processados” do exercício anterior separados dos gastos promovidos pelo orçamento do ano corrente,
- (b) o ajuste dinâmico das cotas em função não só do comportamento da receita, mas também do uso das respectivas cotas até o fim de cada bimestre.

O objetivo de segregar os restos a pagar, além de aumentar a transparência e a confiança do fornecedor, é evitar o acúmulo dessas obrigações (RPP). Com isto, diminuem-se os riscos para o fluxo de caixa do Tesouro, e os incentivos à contratação de compromissos em excesso à disponibilidade real de recursos do Estado. A redução dos restos a pagar é de particular interesse no último ano de uma administração, vista a obrigatoriedade de toda despesa dispor de lastro financeiro para honrá-la.

O objetivo de rever as cotas de acordo com seu uso, ao fim de cada bimestre, é incentivar a disciplina dos órgãos e evitar um excesso de liquidez, ou seja, a possibilidade de um órgão emitir repentinamente um grande volume de pedidos de desembolsos, após um período de imobilidade. Isto porque, demandas bruscas dificultam a boa administração das disponibilidades do Tesouro. Assim, a partir de abril de 2010, o excesso de cota não utilizada ao fim de cada mês passará a ser redistribuído nos meses seguintes, ao invés de se acumular como valor disponível para saque imediato, reduzindo os riscos sobre os fluxos do Tesouro.

De acordo com o Decreto e a Resolução de programação financeira, foram liberados R\$ 1,13 bilhão, no primeiro quadrimestre, correspondente ao orçamento de 2010; e, R\$ 549,90 milhões, para o pagamento de restos a pagar (Tabela 40). Esses valores correspondem a 33,3% do total de desembolso do Tesouro Estadual, programado para 2010¹⁶.

As cotas mensais, incluindo as outras fontes de recursos, (Tabela 41) atribuíam, para o primeiro bimestre, 10,5% do limite anual (R\$ 908,6 milhões). No entanto, nesse período, apenas 29% desses recursos foram utilizados na emissão de Programações de Desembolso, sendo que dos R\$ 482 milhões de cota financeira fonte Tesouro para janeiro e fevereiro, só foram utilizados R\$ 215,5 milhões, equivalente a 44,7% do total (Tabela 42). No caso das outras fontes, a proporção ainda foi mais baixa, correspondendo a meros 13% dos R\$ 426,5 milhões programados.

V.2. Pagamento de PD's

No início de 2010, seguiu-se o trâmite habitual para permitir a execução do processo de pagamento, para o qual é necessária a adoção de alguns procedimentos, a saber: (i) a implantação do orçamento, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (ii) a devida inscrição em Restos a Pagar das obrigações empenhadas no orçamento do exercício anterior, porém não honradas naquele exercício; e (iii) a publicação do decreto que normatizará a execução orçamentária e financeira, neste caso o Decreto nº 42.239, de 14 de janeiro de 2010¹⁷, que em seu art. 12 ratificou as datas de pagamento das despesas de custeio e de capital, já adotadas desde 2008 (07, 15 e 25 de cada mês). No ano de 2009, o Tesouro programou a quitação dos Restos a Pagar Processados até o mês de maio do ano corrente. Em 2010, além de ter diminuído esse prazo em um mês, para

¹⁶ Resolução SEFAZ nº 279 de 09 de fevereiro de 2010.

¹⁷ Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Tabela 40

FONTE DE RECURSO - TESOURO

	1º QUAD	2º QUAD	3º QUAD
COTA FINANCEIRA MENSAL	1.129.391.843	1.312.168.116	1.937.177.392
CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE RP	549.899.640	-	-
TOTAL	1.679.291.483	1.312.168.116	1.937.177.392
% QUADRIMESTRE	33,3%	26,0%	38,4%

Tabela 41

COTA FINANCEIRA TOTAL (LIMITE DE PD= DOTAÇÃO- RP)												
%	1º QUAD				2º QUAD				3º QUAD			
	25%				30%				45%			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LIBERAÇÃO	5,3%	5,2%	7,9%	7,0%	7,8%	7,0%	7,6%	7,8%	8,1%	6,8%	8,2%	21,5%

Tabela 42

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-FEV)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-FEV)	DESPESA PAGA (JAN-FEV)	Em R\$ mil	
				% UTILIZAÇÃO	% PAGA
TESOURO	482.179	215.497	158.401	44,7%	73,5%
OUTRAS FRs	426.459	55.363	47.449	13,0%	85,7%
TOTAL	908.638	270.860	205.850	29,8%	76,0%

Tabela 43

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S

1º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	8
NÃO PRIORITÁRIA	8
MÉDIA GERAL	8

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

abril, ocorreu uma inovação adicional, que foi a publicação da Resolução Sefaz nº 279, em 10 de fevereiro de 2010, estabelecendo um cronograma explícito para esses pagamentos, detalhado órgão por órgão.

No primeiro bimestre de 2010, o prazo médio dos pagamentos verificado foi de 8 dias após a emissão da Programação de Desembolso – PD, tanto para as áreas prioritárias (Educação, Segurança e Saúde), quanto para as não prioritárias. Este prazo foi inferior ao praticado no mesmo período de 2009 (10 dias), ou seja, a celeridade no pagamento das programações de desembolsos apresentados ao Tesouro do Estado continua aumentando.

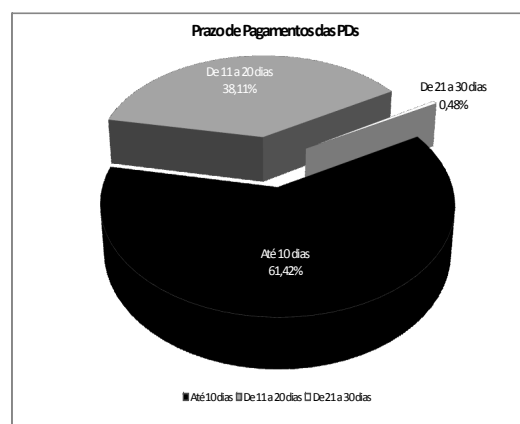
Neste primeiro bimestre, mais de 60% das Programações de Desembolso - PD emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 10 dias após a data de sua emissão, aproximadamente 38%, entre 11 e 20 dias, e menos de 1% após 20 dias. Os números demonstram que as medidas adotadas pela atual gestão, a fim de otimizar o desempenho do Tesouro, estão gerando resultado. Assim, constatou-se que a definição de critérios para a execução de pagamentos, a eleição de datas pré-definidas e ainda a adoção de medidas que minimizam a possibilidade de erros na confecção de PD's garantiram que 100% das Programações de Desembolso – PD's pagas tenham sido quitadas em prazo inferior a 30 dias. Esses números só ratificam o compromisso desta gestão com os pagamentos em dia e com a transparência dos mesmos.

Quanto à Cota Financeira, no 1º bimestre, verificou-se que os órgãos converteram em PD's aproximadamente 45% da cota liberada¹⁸ e 85% das despesas liquidadas. Observe-se que os órgãos mostraram maior velocidade na conversão se comparado com o mesmo período de 2009, dado que naquele ano os órgãos emitiram apenas 59% das despesas liquidadas à época.

¹⁸ Ressalte-se que a evolução deste percentual pode ser atribuída ao fato de que a Secretaria de Fazenda no ano de 2010, após análise dos anos anteriores, redistribuiu a concentração dos valores da Cota Financeira otimizando assim a gestão dos recursos do Tesouro Estadual.

Em 2010, a Sefaz publicou o cronograma para o pagamento dos Restos a Pagar de 2009 até abril, órgão por órgão, aumentando ainda mais a transparência e previsibilidade no cumprimento de seus compromissos

Gráfico 4



TODOS os pedidos de desembolso pagos no primeiro bimestre de 2010 foram quitados em menos de 30 dias.

Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2010

ÁREAS	EMPENHADO (A)	LIQUIDADADO (B)	COTA LIBERADA (C)	COTA UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	46.241	21.571	54.751	18.641	16.317
SAÚDE	436.245	41.891	108.740	27.208	20.847
SEGURANÇA	93.430	41.608	40.021	37.508	26.475
DEMAIS ÁREAS	497.424	148.941	278.666	132.141	94.762
Total geral	1.073.341	254.011	482.179	215.497	158.401

Fonte: Sistemas SIG e SIAFEM

Obs¹: Posição acumulada até Fevereiro 2010

Obs²: Fonte de Recursos - Tesouro

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	46,65%	39,40%	86,41%	34,05%	87,53%
SAÚDE	9,60%	38,52%	64,95%	25,02%	76,62%
SEGURANÇA	44,53%	103,97%	90,15%	93,72%	70,58%
DEMAIS ÁREAS	29,94%	53,45%	88,72%	47,42%	71,71%
Total geral	23,67%	52,68%	84,84%	44,69%	73,50%



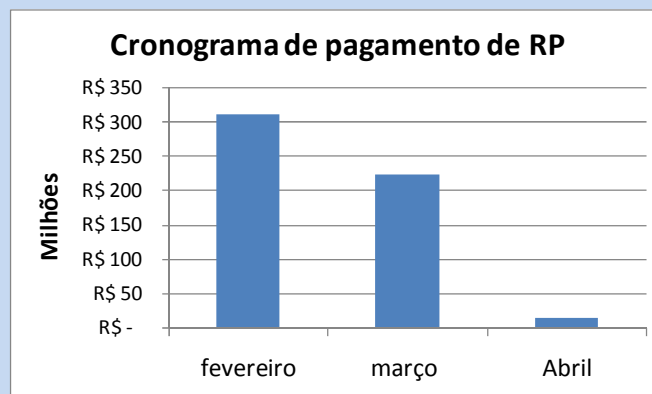
O Tesouro Estadual também foi mais ágil no adimplemento das obrigações estaduais suportadas com seus recursos, principalmente, no que tange às despesas efetuadas nas áreas prioritárias (Segurança, Saúde e Educação). No caso da Educação, quitou-se aproximadamente 88% da Cota Financeira utilizada¹⁹; da Segurança, em torno de 71%; e, da saúde, cerca de 76%, o que são frações extremamente expressivas considerando que parte das Programações foram apresentadas já no final do período bimestral.

BOX 10 – Aplicação da metodologia para quitação de restos a pagar

No ano de 2009 foi gerado um montante de, aproximadamente, R\$ 550 milhões de Restos a Pagar Inscritos de 2009, suportados com fonte de recursos do Tesouro, referentes às despesas de custeio e de capital. Este valor representa uma redução de 8% em relação ao registrado no ano 2008, quando o montante foi cerca de R\$ 600 milhões. Esta redução reflete, entre outras coisas, a aceleração dos pagamentos em consonância com as datas de emissão das Programações de Desembolso, após à liquidação efetuada pelos órgãos, e sua apresentação ao Tesouro.

Em 10 de fevereiro de 2010, foi publicado no Diário Oficial a Resolução da Sefaz nº 279 com o cronograma de pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2009. Neste cronograma previu-se a quitação dos RP's em até 3 vezes, como mostra o gráfico 2. No ano passado, os RP's foram parcelados em 4 meses. Isso mostra que a prudência na gestão financeira do caixa do Estado vem permitindo a redução das parcelas e antecipação dos pagamentos (ver no gráfico a concentração dos pagamentos nos meses de fevereiro e março), o que gera uma melhora do ambiente econômico do Estado e maior confiança por parte dos fornecedores do governo.

Gráfico 5



¹⁹ A Cota Financeira utilizada são as Programações de Desembolso emitidas.

Como se observa, praticamente todos os pagamentos foram projetados para ocorrerem até o final de março, sendo que 3/5 já ao final de fevereiro. Efetivamente, foram pagos até o final de fevereiro 100% dos R\$ 311 milhões previstos no cronograma para esse período. Além disso, foram pagos R\$ 19 milhões a mais de Restos a Pagar referentes a pagamento de convênios cujos recursos de contrapartida já haviam sido transferidos para as respectivas contas destes convênios.

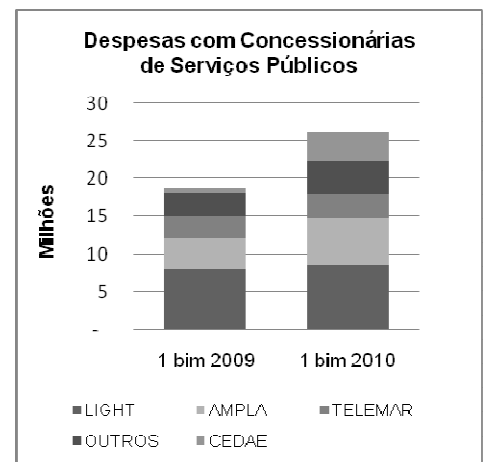
V.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No primeiro bimestre de 2010, o Tesouro Estadual adimpliu cerca de R\$ 26,3 milhões em despesas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado. Esse montante superou em 40% o desembolso efetuado no mesmo período em 2009. A diferença foi motivada, sobretudo, pela maior celeridade no adimplemento das obrigações com as concessionárias Ampla, Telemar e, principalmente, com a CEDAE.

No que tange aos Restos a Pagar de 2009, o Tesouro Estadual manteve-se diligente nos pagamentos, quitando R\$ 27 milhões do valor inscrito a favor das concessionárias de serviços públicos essenciais. Ressalte-se que do total de R\$ 34 milhões de PD's emitidas pertinentes a restos a pagar com despesas de serviços essenciais, 74% são serviços prestados pela CEDAE liquidados pelas Secretarias de Educação e de Saúde. As duas secretarias regularizaram, no prazo final de encerramento do exercício, as pendências relativas às despesas realizadas, ao longo do ano de 2009, com a citada concessionária.

É de se assinalar que apesar do maior controle do pagamento da concessionária CEDAE, esta ainda não participa do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais²⁰. O SIPC já controla o

Gráfico 6



As secretarias de Saúde e Educação regularizaram sua situação com a CEDAE ao final de 2009, tendo o Tesouro pago as respectivas despesas dentro do cronograma de RAP publicado em fevereiro de 2010.

²⁰ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

faturamento de 12 concessionárias, incluindo as três principais: Light, Ampla e Telemar.

Destarte, o SIPC registrou o montante de R\$ 23,5 milhões correspondente ao total do faturamento desses serviços no bimestre janeiro-fevereiro de 2010. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 17,6 milhões, ou seja, 75%.

Quanto ao desempenho da execução orçamentária das despesas, 88% do montante faturado, em 2010, foi empenhado. Este resultado demonstra que todas as partes envolvidas na sistemática de pagamento por meio do SIPC – Concessionárias, Órgãos e Coordenação de Pagamento de Concessionárias – estão efetuando os procedimentos de forma mais célere e eficiente.

A evolução dos gastos com os serviços essenciais é outro aspecto relevante para um melhor gerenciamento dos gastos públicos. Nesse sentido, com a instalação de softwares e de programas específicos para um melhor processamento destes dados, houve um progresso na análise dos componentes técnicos envolvidos no faturamento dessas despesas, permitindo, assim, uma avaliação mais abrangente.

Especificamente em relação ao fornecimento de energia elétrica, verifica-se que o faturamento da Light aumentou em 13% no primeiro bimestre de 2010 contra o mesmo período do ano anterior. Saliente-se que a transferência da titularidade das despesas do prédio da Central do Brasil para a Secretaria de Segurança no meio do ano passado contribuiu para 4% desse aumento.

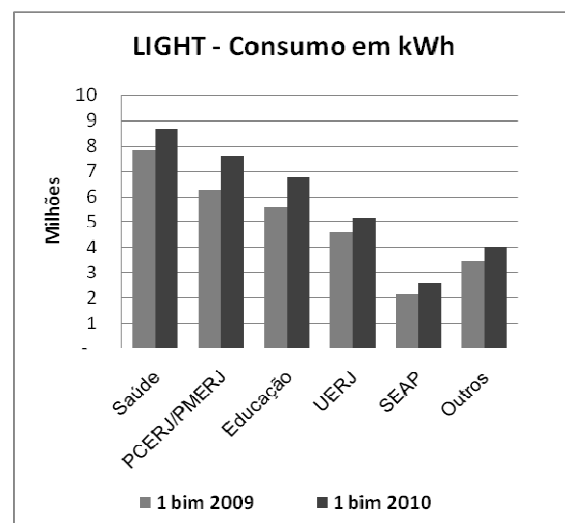
Separando-se as variáveis utilizadas no cálculo do faturamento, o consumo em kWh aumentou 15%, se comparados com o primeiro bimestre do ano anterior, em parte, devido ao aumento da demanda gerada pelas altas temperaturas climáticas verificadas neste verão. Por outro lado, o valor médio da tarifa diminuiu cerca de 4%, em consequência da combinação das duas alterações ocorridas no ano, a saber: (i) em julho de 2009, a redução média de

Acompanhamento da Execução Orçamentária das Despesas com
Concessionárias incluídas no SIPC
Bimestre jan-fev 2010

Tabela 45

Favorecido	Faturado	Empenhado	Liquidadado	Pago	R\$ mil	
					% pago x Faturado	
LIGHT SERVIDE ELETRICIDADE S/A	12.460	10.801	10.105	8.253		66%
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A	6.204	6.204	6.982	6.112		99%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	2.653	1.889	1.769	1.583		60%
AG INTERDI S/A	995	938	708	708		71%
AG PARABÁ S/A	692	514	514	514		74%
AG AGULHAS NEGRAS S/A	108	108	108	108		100%
AG JUTURNABA S/A	101	101	99	99		98%
ENERGISA NORVA FRIBURGO	80	79	77	74		92%
PROLAGOS S/A	56	56	58	56		100%
AG IMPERADOR S/A	60	60	60	60		100%
SAAE VOLTA REDONDA	129	60	60	37		29%
SAAE BARRA MANSA	25	25	25	25		100%
Total	23.564	20.835	20.566	17.640		75%

Gráfico 7



O consumo de energia elétrica pelo governo estadual (kWh) aumentou 15% no primeiro bimestre de 2010 em comparação com o período equivalente em 2009.

8% com o término da cobrança da tarifa extraordinária (instituída em 2002, com o objetivo de compensar as perdas acumuladas pela concessionária no período do racionamento de energia elétrica); e, (ii) em novembro, o reajuste médio anual de 4,3% autorizado pela ANEEL.

Em relação ao serviço de telefonia fixa, a cobertura do SIPC referente à nova Rede Governo²¹, instalada pela Telemar, já abarcava 54 órgãos no começo de 2010, contra 26 órgãos em 2009.

A gradual extensão da própria transição entre o serviço antigo da operadora e o previsto no contrato assinado pelo governo em 2008 permitiu uma redução do gasto em telefonia fixa de ordem de 39% entre o primeiro bimestre de 2009 e o respectivo período de 2010. Por outro lado, continua havendo significativo crescimento da demanda de outros serviços, como telefonia móvel, transmissão de dados, etc., resultando em novos gastos em telecomunicação quando tomada em seu conjunto.

Com respeito às expectativas para o resto de 2010, a manutenção do mecanismo de reserva de recursos em um Programa de Trabalho específico – PT para pagamento dos serviços essenciais permite algumas projeções. Preliminarmente, cabe observar que a adoção desse mecanismo em anos recentes foi uma medida fundamental para que os órgãos alcançassem mais eficiência na gestão dos gastos com serviços essenciais, trazendo mais controle e celeridade e economia ao pagamento dessas obrigações. Para 2010, foi autorizada a dotação orçamentária de R\$ 229 milhões neste PT, um incremento de 4,5% em relação aos R\$ 219 milhões utilizados em 2009. Considerando que cerca de 5% das obrigações efetuadas em 2009 não foram empenhadas dentro do exercício, percebe-se que o valor reservado para 2010 está equiparado com o valor efetivamente gasto no ano anterior. Assim, os órgãos poderão priorizar a execução orçamentária das despesas obrigatórias no ano de competência da mesma.

O Programa de Trabalho – específico – PT para serviços essenciais tem uma dotação de R\$ 229 milhões em 2010. A adequação desse valor deve ser monitorada à luz do aumento da demanda, especialmente de energia elétrica prevista para o Estado.

²¹ A nova rede de telefonia é objeto de contrato celebrado entre a Oi/Telemar e o Estado em 2008, após a licitação deste serviço por meio de Leilão.

Contudo, apesar do aparente equilíbrio orçamentário-financeiro, é de suma importância que os órgãos acompanhem ao longo do ano as despesas realizadas e analisem a dotação orçamentária disponível a fim de garantir que a alocação de recursos reflita os reais gastos dos órgãos, especialmente em vista do aumento da demanda já identificado no começo do ano e que para alguns órgãos poderá ser expressivo na esteira da implantação de novos equipamentos. Este monitoramento também será feito, por meio do SIPC, pela Coordenação de Pagamento de Concessionárias da Superintendência de Finanças.

V.4 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A administração do saldo de caixa do Tesouro envolve a distribuição destes recursos em fundos nos três bancos que servem ao Tesouro, em condições crescentemente adequadas ao interesse do Estado. Isto tem sido alcançado através de, entre outras ações, a criação dos fundos exclusivos, a negociação da taxa de administração e a alocação de recursos nos fundos com maior rentabilidade entre as três instituições.

Em decorrência dessa política, o Tesouro Estadual vem conseguindo um aproveitamento médio de 99% da taxa de referência de seus principais fundos, que é a remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários — o CDI. A melhora dessa remuneração, assim como o aumento dos saldos financeiros do Estado, permitiu que as receitas financeiras do Tesouro no primeiro bimestre de 2010 fossem mais que o dobro (+106%) daquelas verificadas no primeiro bimestre de 2006, não obstante a redução em 50% da taxa SELIC no período.

Na primeira reunião do Comitê de Políticas Monetária (COPOM) de 2010, realizada nos dias 20 e 21 de janeiro, foi decidido, por unanimidade, a permanência da taxa SELIC em 8,75% a.a., em contraste com os 13,75% vigentes no início de 2009. Apesar do baixo nível da SELIC em 2010 (-

Gráfico 8

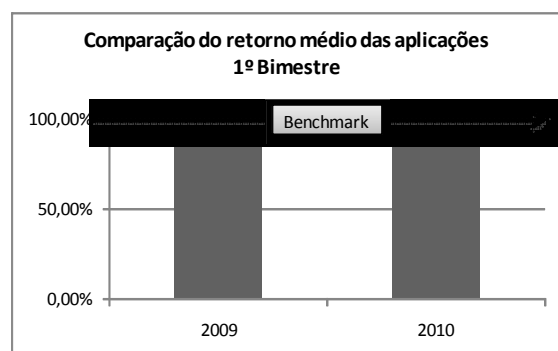
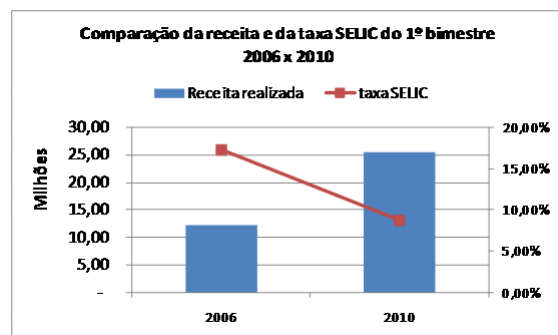


Gráfico 9



O Tesouro tem conseguido uma remuneração de 99% do CDI nos fundos em que aplica o seu saldo de caixa, permitindo a geração de R\$ 25,5 milhões de receita financeira no primeiro bimestre de 2010



36% em relação a 2009), a receita financeira do Tesouro no primeiro bimestre do ano alcançou R\$ 25,46 milhões, contra R\$ 39 milhões no mesmo período do ano anterior (-34%), representando um ganho de 2% em relação à queda da taxa de juros básica de economia.

V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, cujas datas de pagamento previstas são maio e novembro, não houve quitação regular no primeiro bimestre. Por outro lado, o Governo pagou significativo volume de RPP's mediante a oferta pública de recursos anunciada no começo do ano.

- Oferta Pública de Recursos

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, realizou no último dia 12 de março de 2010, a Segunda Oferta Pública de Recursos – 2010, destinada a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2010 a 2016, referentes aos débitos dos RPP's dos exercícios de 2002 a 2006, com credores pelo fornecimento de bens e serviços. Esses débitos foram objeto de parcelamento nos termos do Decreto Estadual nº 40.874/2007²². Para este propósito, atendendo aos princípios da publicidade e transparência, norteadores de toda a Administração Pública, esta SEFAZ publicou em 11 de fevereiro o Edital da Segunda Oferta Pública de Recursos.

Em fevereiro de 2010 o Estado disponibilizou R\$ 12 milhões para a quitação adiantada de RPP's, tendo o conseqüente leilão em março implicado o uso de R\$ 6,7 milhões para a quitação de parcelas no montante de R\$ 9,8 milhões

Participaram do referido leilão os credores que: (i) tinham aderido ao programa; (ii) tivessem parcelas a vencer no

²² A possibilidade de antecipação das últimas parcelas do programa foi prevista no artigo 2º do Decreto nº 40.874 de 02 de agosto de 2007, in verbis:

“Art. 2º. A Secretaria de Estado de Fazenda poderá, excepcionalmente e por despacho fundamentado, ouvida a Comissão de Programação Orçamentária e Financeira (COPOF), antecipar das últimas parcelas do pagamento previsto no art. 1º deste Decreto, desde que oferecidos descontos pelo credor, cujos percentuais mínimos serão fixados e publicados pelo Executivo, observado o princípio da impessoalidade e o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/93”.

período compreendido entre 2010 a 2016; (iii) e que tivessem se credenciado junto ao Banco do Brasil para a obtenção de chave-senha.

O critério estabelecido para o leilão foi o seguinte: quem ofertasse o maior desconto sobre o valor total a receber, a partir do deságio mínimo estabelecido em Edital, desde que houvesse disponibilidade de recursos ofertados para cada lote, seria o vencedor. Destarte, cada lote pôde ter mais de um vencedor.

Foi disponibilizado para a Segunda Oferta Pública de Recursos – 2010, o montante de até R\$ 12 milhões, que foram distribuídos proporcionalmente em 13 lotes, com os deságios mínimos estabelecidos em Edital.

Quadro I

Lote	Exercício	Desconto Mínimo (%)
A	2010/ 1º semestre	5,40%
B	2010/ 2º semestre	10,50%
C	2011/ 1º semestre	17,19%
D	2011/ 2º semestre	21,66%
E	2012/ 1º semestre	27,51%
F	2012/ 2º semestre	31,42%
G	2013/ 1º semestre	36,55%
H	2013/ 2º semestre	39,97%
I	2014/ 1º semestre	44,46%
J	2014/ 2º semestre	47,45%
K	2015/ 1º semestre	51,38%
L	2015/ 2º semestre	54,00%
M	2016/ 1º semestre	57,44%

Quadro II

Lote	Valor do crédito (sem desconto) (A)	Valor líquido (com desconto) (B)	Desconto (R\$) (C)	Desconto (%) (D)	Atendidas (E)
A	1.111.751,66	1.020.187,00	91.564,66	8,24%	14
B	1.142.995,08	989.802,00	153.193,08	13,40%	15
C	935.319,30	746.526,00	188.793,30	20,18%	17
D	1.219.178,52	907.680,21	311.498,31	25,55%	18
E	465.612,75	326.125,71	139.487,04	29,96%	10
F	786.624,42	501.853,38	284.771,04	36,20%	10
G	1.113.611,80	654.196,11	459.415,69	41,25%	15
H	540.214,61	304.221,62	235.992,99	43,69%	11
I	1.027.336,98	519.920,46	507.416,52	49,39%	12
J	896.476,73	434.470,36	462.006,37	51,54%	11
K	632.601,49	302.739,63	329.861,86	52,14%	4
Total	9.871.723,34	6.707.722,48	3.164.000,86	32,05%	137

Como se verifica o desconto médio nas diversas parcelas (Quadro II) foi ligeiramente superior ao desconto mínimo (Quadro I) para aquelas em que houve ganhadores (não houve ganhadores nos dois últimos lotes, referentes ao segundo semestre de 2015 e o primeiro de 2016).

Ao todo, foram quitadas 137 parcelas, somando R\$ 9.871.723,34 de valor de face, com um desembolso de R\$ 6.707.722,48. O valor de face reduziu em 7,2% o saldo ainda devido de RPP's, que era de R\$ 137 milhões.

Considerando-se todos os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual até a presente data, já foram quitados R\$ 117.957.976,10, ou cerca de 50% do total da dívida repactuada. Com isso, já foram quitados 725 credores (75% do total), continuando a serem atendidos 241 dos 966 inscritos desde a origem do programa.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

No 1º bimestre de 2010, foram aplicados R\$ 34,6 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 23 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual e R\$ 11,6 milhões dos recursos próprios do Rioprevidência.

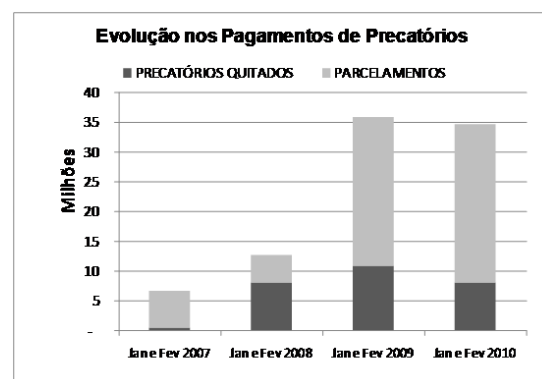
Do valor total, R\$ 26,6 milhões foram empregados no pagamento de 28 acordos de parcelamentos vigentes e R\$ 8 milhões foram utilizados na quitação de precatórios do Rioprevidência.

Dos recursos desembolsados, 73% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 27% empregados nas obrigações de natureza comum.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 62, em 10 de dezembro de 2009, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao ADCT, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelo Estado, o procedimento para pagamento dessas obrigações sofreu algumas modificações.

A oferta pública de recursos permitiu reduzir em 7,2% o saldo de RPP's a aumentar a parcela já quitada para 46% do valor repactuado na forma do decreto nº 40.874 de 2007

Gráfico 10



No primeiro bimestre foram aplicados R\$ 34,6 milhões no pagamento de precatórios, sendo 73% correspondentes a precatórios alimentares

Com base na nova Legislação, o Estado publicou o Decreto nº42.315, de 25 de fevereiro de 2010, no qual fez a opção pelo regime especial para quitação do estoque de precatórios no prazo de até 15 anos. Sendo assim, o Estado deverá fazer o depósito anualmente do valor correspondente ao saldo total de precatórios atualizado dividido pelo número de anos restantes do regime especial, numa conta especial em favor do Tribunal de Justiça.

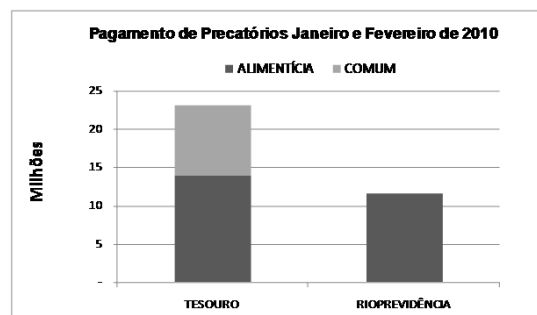
De acordo com a EC. 62, ficará a cargo do Tribunal de Justiça a organização e o gerenciamento da relação de precatórios, portanto, a obrigação do Estado será apenas de depositar o valor devido, conforme disposto no inciso II do § 1º e § 4º do art. 97 do ADCT²³, para pagamento dos precatórios.

Enquanto o Estado aguarda a apuração pelo Tribunal de Justiça do estoque de precatórios atualizado para definir o valor a ser depositado o Tesouro Estadual, por orientação da Procuradoria, continuará honrando com os pagamentos dos acordos de parcelamentos celebrados antes da promulgação da EC 62.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de Janeiro e Fevereiro foram pagas 191 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 1,6 milhão.

Ressalte-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, com pagamento mesmo sem

Gráfico 11


A Emenda Constitucional nº 62 de 2009 cria novas regras para o pagamento dos precatórios cuja aplicação depende de orientação do Tribunal de Justiça

Tabela 46

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Janeiro	69	753.042,07
Fevereiro	122	868.204,40
Total	191	1.621.246,47

²³ O inciso II do §1º, do art. 97, do Ato das Disposições Transitórias, dispõe o seguinte: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio do Poder Executivo: II – pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o §2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamentos".

O §4º, do art. 97, do Ato das Disposições Transitórias, dispõe o seguinte: "As contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local, para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais."

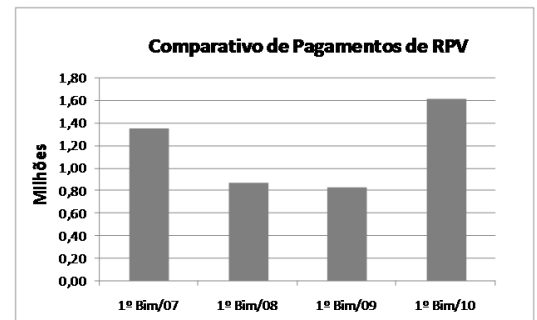
previsão orçamentária, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁴.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 201 requisições judiciais de pagamento no 1º bimestre de 2010, com dispêndio de cerca de R\$ 36,2 milhões.

Embora o pagamento efetivo de novos precatórios dependa de orientações a ser expedida pelos Tribunais, o Governo vem honrando com os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

Gráfico 12



BOX 11 – O uso de Precatórios na Compensação de Débitos Fiscais no âmbito do REFIS Estadual

A Lei Estadual nº 5.647/2010 instituiu incentivos a pagamentos de débitos tributários ou não, por meio de um sistema de parcelamento com anistia proporcional, em um programa que ficou conhecido como Refis Estadual. Sua regulamentação está prevista no Decreto Estadual nº 42.316/2010, reformado pelo Decreto Estadual nº 42.395/2010, e na Resolução PGE nº 2.771/2010, complementada pela Resolução Conjunta SECC/PGE Nº 32/2010.

Este programa de anistia, que está limitado a 30 de abril de 2010 e abrange débitos oriundos de períodos anteriores a 31 de dezembro de 2008, apresenta novidades em relação às anistias anteriormente concedidas pelo Estado do Rio de Janeiro.

A primeira novidade é que o objetivo precípuo do programa não é o financiamento emergencial do Estado, que, ao contrário de outras épocas, encontra-se em perfeita saúde financeira, atestada pela recente atribuição de grau de investimento pela S&P. Ao revés, a anistia visa principalmente a superação de débitos que vinham se arrastando ao longo dos anos, prejudicando o balanço das empresas, causando incertezas e inseguranças jurídicas e, por via de consequência, promovendo entraves ao desenvolvimento do ambiente de negócios no Estado.

Segundo, pela primeira vez, admite-se a possibilidade de utilização de precatórios para compensação com débitos inscritos em dívida ativa, por intermédio de um sistema inovador que privilegia a transparência, a segurança do contribuinte na sua utilização, e otimiza o valor do precatório, com um mecanismo inovador de atualização financeira. Especificamente, prevê-se a possibilidade de quitação à vista, em espécie ou em precatório, dos débitos, com anistia integral.

A permissão para a compensação de débitos inscritos em dívida ativa com precatórios, apesar de não trazer financiamento direto do Ente Público, amplia as opções do contribuinte. Especificamente, o programa permite utilizar precatórios próprios ou cedidos por terceiros para quitação dos débitos com a mesma anistia prevista para os pagamentos em espécie.

Atribuiu-se originalmente à Procuradoria Geral do Estado a análise jurídica dos precatórios apresentados, para privilegiar a celeridade e a segurança. Com esse propósito, a PGE inclusive permitiu ao interessado o ingresso novamente no programa de parcelamento ou apresentação de novo precatório, caso haja algum óbice jurídico à utilização do precatório inicialmente indicado. Mais recentemente, o Decreto nº 42.395 propôs-se a disciplinar o

²⁴ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



método do cômputo de juros dos precatórios a serem utilizados na eventual compensação, mediante procedimento estabelecido pela Resolução Conjunta nº 32/2010, que prevê seja o pedido do devedor dirigido ao Secretário da Casa Civil e normatizou a dedução do Imposto de Renda nos casos cabíveis.

De modo mais geral, merece destaque e atenção por parte dos contribuintes o dispositivo que estabelece que, a partir da inclusão no Refis, qualquer inadimplemento de obrigações futuras, acarretará a exclusão imediata do programa no caso de parcelamentos e, por via de consequência, a incidência de todos os acréscimos legais antes anistiados, situação inexistente, obviamente, no caso de liquidação do débito à vista até 30 de abril.

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 357 milhões com o serviço da dívida²⁵, no 1º bimestre de 2010, valor 1,55% inferior ao pago no mesmo período do ano anterior. Esta pequena variação foi decorrente da apreciação do real frente ao dólar refletida nos pagamentos da dívida externa²⁶ e pela quitação no exercício anterior dos contratos amparados pela Lei nº 7.976/89 e do contrato de ressarcimento de perdas FUNDEF - Lei Federal nº 9.424/96, assim como da evolução da Receita Líquida Real que serve de teto para o pagamento de expressiva parte da dívida do Estado. A aplicação deste teto resultou ainda na capitalização de R\$ 98 milhões. Embora a prestação de fev/10, tenha sido adimplida no início de março²⁷, para efeitos do cálculo da parcela a ser incorporada ao saldo do contrato de refinanciamento pactuado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9496/97, considera-se o regime de competência.

O Estado pagou R\$ 299 milhões à União no primeiro bimestre de 2010, por conta do serviço da dívida com esta.

²⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁶ O dólar fechado nas datas dos respectivos pagamentos caiu 21% em relação ao período anterior.

²⁷ O vencimento ocorreu no dia 28/02/2010.

Tabela 47
R\$ mil

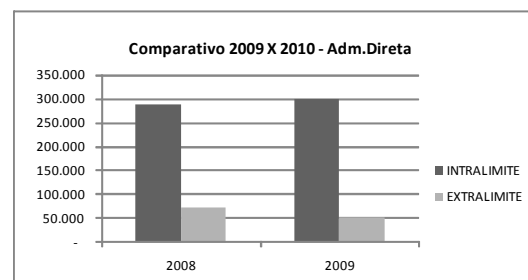
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2009			1º bim 2010			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	117.752	243.882	361.634	108.247	243.878	352.125	-2,63%
INTRALIMITE	71.304	218.183	289.487	79.023	220.619	299.643	3,51%
EXTRALIMITE	46.448	25.699	72.147	29.224	23.259	52.482	-27,26%
INTERNA	35.911	17.091	53.002	20.862	17.418	38.280	-27,78%
EXTERNA	10.537	8.608	19.145	8.361	5.841	14.202	-25,82%
ADM. INDIRETA HONRADA	693	245	938	4.509	232	4.742	405,64%
TOTAL	118.444	244.128	362.572	112.756	244.111	356.867	-1,57%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	168.390	362.269	530.659	181.722	351.624	533.345	0,51%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	97.904	339.057	436.961	95.559	338.976	434.535	-0,56%
Diferença incorporada no resíduo	70.486	23.212	93.698	86.162	12.648	98.810	5,46%

Valores pagos a preços correntes.
** No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência*

O pagamento da dívida da administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁸ teve um acréscimo de 405,64% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando, nos meses de janeiro e fevereiro, R\$ 4,742 milhões. Ressalte-se, contudo, que este montante representa apenas 1,33% do total do serviço pago.

Como parte do processo de regularização de passivos do Estado, foram incluídas, no primeiro bimestre de 2010, na dívida na administração indireta e honradas com recursos do Tesouro Estadual, duas dívidas do Instituto Vital Brasil (IVB) referentes aos parcelamentos com INSS e SRF e um parcelamento de dívida da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIO TRILHOS).

A inclusão do IVB ocorreu devido à retirada de suas receitas próprias provenientes das farmácias populares, que passaram a ser responsabilidade da SESDEC. Aquela da RIO TRILHOS, é justificada pelo reconhecimento de dívida da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ em LIQUIDAÇÃO, junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER²⁹.

Gráfico 13


O Estado aumentou seus pagamentos para a REFER, na esteira da regularização da situação do plano de pensão da RIO-TRILHOS, o que permitiu equilibrar o respectivo fundo, trazendo segurança a mais de 1000 antigos funcionários e resolvendo uma longa pendência com a Secretaria de Previdência Complementar, atual PREVIC

²⁸ Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual são as entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²⁹ O saldo devedor do parcelamento previdenciário da RIOTRILHOS em fev/2010 reconhecido na ocasião alcançou R\$ 161.872 mil, dos quais R\$ 31.241 mil já capturados no estoque da dívida consolidada do Estado computado em fevereiro de 2010, devendo a diferença ser regularizada em março/2010.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 52,16 bilhões, com pequena redução em relação ao verificado no primeiro bimestre do exercício anterior. O estoque da dívida externa, que corresponde a 2,64% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,38 bilhão, ou seja, 29,36% inferior ao primeiro bimestre de 2009 refletindo em boa parte a variação negativa do dólar no período.

Por outro lado, neste período houve o requerimento para o reconhecimento de R\$ 371 milhões de dívida junto à União decorrente da suspensão do pagamento do PASEP pelo Estado no período 2003-2005 (valor original). Tal solicitação se deu no âmbito do novo REFIS federal, que permitirá a quitação desta dívida se dê de forma parcelada (ver BOX Refis-PASEP). Assinala-se que este parcelamento ainda não foi registrado nas contas patrimoniais da dívida.

Ainda dentro do escopo de regularização de passivos, cabe ressaltar, o encontro de contas entre o Estado e o Fundo da Dívida Pública – FDP. Este fundo havia recebido recursos de vários órgãos, antes de ser extinto em 1999, por ocasião da consolidação das dívidas do Estado no âmbito da renegociação com a União. O passivo correspondente a esses créditos, no entanto, não havia sido baixado das Contas Patrimoniais do Estado, apesar do Tesouro ter ao longo dos anos pago vultosas despesas de vários dos órgãos que haviam aplicado no FDP antes de sua extinção (Box Redução do Passivo Patrimonial). Esta ação, junto com outras revisões ratificadas pela Contadoria Geral do Estado, constitui-se em fator de saneamento do déficit financeiro do Estado, notadamente da Conta Recursos do Tesouro (fonte 00).

Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 92,71% dessa dívida, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda de 1,20%, em relação ao bimestre anterior, seguindo a variação do índice de correção contratual, naquela parte

que a STN reconhece como plenamente regida pelo IGP, e não apenas sujeita às variações positivas deste índice³⁰.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, apresentou melhora entre o primeiro bimestre de 2009 e o de 2010. A relação caiu de 2,27 para 2,25³¹.

Tabela 48

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2010			
	1º Bim2009	1º Bim2010	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	52.679.610	52.164.834	-0,98%
INTERNA	50.644.764	50.685.957	0,08%
Dívida com a União	50.644.764	50.685.957	0,08%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.952.254	1.378.977	-29,36%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.948.648	1.376.207	-29,38%
Mobiliária	3.606	2.770	-23,18%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	82.592	99.900	20,96%
DÍVIDA FINANCEIRA	52.679.610	52.164.834	-0,98%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.160.121	23.143.645	-0,07%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,27	2,25	-0,91%

Valores a preços correntes

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 7 milhões da receita pertinente a operações de créditos no primeiro bimestre de 2010 (Tabela 27). Desse montante, R\$760 mil foram para o Programa de Modernização da administração Estadual – PMAE (recursos provenientes do BNDES); e R\$ 6 milhões, ao Programa de sustentação de investimentos – para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA (recursos provenientes do Banco do Brasil).

³⁰ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 0,9% (IGP-DI de dez/09 e jan/10). Não obstante, aproximadamente 20% deste saldo correspondem a uma dívida herdada do Banco Central, em relação à qual até agora a STN não tem reconhecido a plena aplicação deste dispositivo, censurando a correção do saldo no caso da variação do IGP ser negativa. O impacto desta censura (revisão do saldo devedor), nos últimos anos, alcança algumas centenas de milhões de reais. Aliás, é digno de nota que a extensão da aplicação desta regra gera a (variação plena do IGP) instituída pela Lei nº 9.496/97 já foi analisada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional antes de 2000. Sendo, portanto, a aplicação da referida análise para cobrir a dívida herdada do Banco Central objeto de estudo pela STN.

³¹ A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no programa de ajuste Fiscal assinado em 02/10/2009, foi de 2,65

Em março o Estado assinará junto ao Banco Mundial o contrato destinado ao financiamento do programa de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade fiscal – PRODEF.

Tabela 49
Data base: fev/2010
Valores em R\$ mil

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito	2010		Demais Exercícios
	Liberado (*)	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (²)	7.132,12	528.144,93	1.217.744,12
Operações contratadas com o SFN	7.132,12	329.162,83	763.779,39
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	31.984,68	31.984,68
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	760,00	3.084,70	3.084,70
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	162.633,44	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	-	117.750,00	157.000,00
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	3.517,22	3.517,22
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	6.261,88	10.192,79	10.192,79
Demais	-	198.982,10	453.964,73
6. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	188.478,30	382.430,23
7. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	-	10.503,80	71.534,50
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	859.313,04	888.891,75
1. BID - PROFAZ (profisco)	-	9.831,04	34.409,75
2. BIRD - PRODEF	-	844.482,00	844.482,00
3. BNDES - PMAE	-	5.000,00	10.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	1.513.721,00	1.640.646,00
Total	7.132,12	2.901.178,97	3.747.281,87

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 06/10/2009, atualizados pelo IGP-DI/2009. O nova meta do PAF permitira a inclusão de R\$ 5.387.000 milhões.



BOX 12 – REFIS PASEP

Na constante busca pelo saneamento de suas contas, a atual gestão do Governo se deparou com um débito junto à Receita Federal do Brasil (RFB) no montante originário de aproximadamente R\$ 371 milhões. Esse débito refere-se à ausência de recolhimento do tributo pertinente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), durante o período de janeiro/2003 a novembro/2005.

Assim sendo, com o advento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, ainda, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009, que dispõem sobre o pagamento e o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB), restou facultada ao Estado a possibilidade de realizar o parcelamento do débito supracitado.

A Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06 estabeleceu que a 1ª fase da adesão ao parcelamento é composta pela apresentação do requerimento, assim como pelo oferecimento de desistência, de forma expressa e irrevogável, dos recursos e/ou impugnações administrativas e judiciais que versam sobre o débito, objeto do parcelamento.

Dessa forma, embasado em parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado – PGE, o Estado do Rio de Janeiro, em meados de novembro de 2009, apresentou requerimento de adesão ao referido parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e, ainda, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tendo em vista a existência de alguns débitos relativos ao PASEP, que já se encontravam inscritos em dívida ativa.

Posteriormente, em atenção à Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 13, de 19 de novembro de 2009, a PGE juntamente com a Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Fazenda, procedeu, em fevereiro do corrente ano, à desistência dos recursos judiciais e administrativos vinculados aos débitos abarcados pelo REFIS em questão, a fim de possibilitar o prosseguimento da adesão do Estado ao parcelamento facultado pela Lei nº 11.941/2009.

Atualmente, o Estado aguarda a definição acerca da adesão à 2ª fase do parcelamento, na oportunidade em que será indicado o número de parcelas em que este ente quitará seu débito. Nesse passo, cabe mencionar que, em consonância com a Lei nº 11.941/2009, o pagamento do débito poderá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) parcelas.

Diante do exposto, é notório que a edição da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, concedeu o benefício ao Estado do Rio de Janeiro de efetuar o pagamento do débito relativo ao PASEP de forma parcelada. Logo, não restam dúvidas que serão empregados todos os esforços necessários para viabilizar a quitação do débito em tela.



BOX 13 – Redução de Passivo Patrimonial – Encontro de Contas do FDP

A Subsecretaria de Finanças vem buscando equacionar os déficits financeiros das fontes denominadas “tesouro”, principalmente, da fonte 00 – recursos não vinculados. Neste contexto, o Tesouro Estadual vislumbrou a possibilidade de sanear o saldo remanescente do extinto Fundo da Dívida Pública (FDP).

O Fundo da Dívida Pública foi criado em agosto de 1975, por meio do Decreto-Lei nº 22/75, com o intuito de promover e garantir a negociação das Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da crescente impossibilidade do Estado emitir dívida de mercado, reduzindo a justificativa para o FDP, o Decreto Estadual nº 25.179 de janeiro de 1999 determinou que todas as aplicações financeiras dos órgãos e das entidades estaduais far-se-iam exclusivamente nesse fundo.

Em que pese o volume dos depósitos existentes no FDP à época, o fundo foi extinto em 29 de outubro de 1999, em decorrência da assinatura do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, sendo o seu saldo remanescente transferido para Conta Única do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

Destarte, o FDP passou a ser uma dívida patrimonial do Estado, gerando em contrapartida um crédito a receber para as entidades que detinham recursos aplicados no referido fundo no momento da sua extinção.

Após quase 10 anos desta pendência, o Tesouro Estadual começou a verificar que, independente da existência de um crédito oriundo do FDP, ele havia honrado compromissos financeiros relativos às despesas essenciais de determinados órgãos e entidades, em valor superior ao daqueles eventuais créditos, conforme demonstram registros constantes no Sistema Integrado da Administração Financeira entre Estados e Municípios (SIAFEM/RJ).

Isto posto, com fulcro no Decreto Estadual nº 42.323, de 01 de março de 2010, o Estado do Rio de Janeiro realizou um encontro de contas, por meio de registro contábil, entre os valores despendidos pelo Tesouro com os órgãos e entidades credores do FDP nos últimos anos e seus respectivos créditos, registrados no fundo.

O encontro de contas realizado com saldo apurado em dezembro de 2009, reduziu o saldo do FDP de R\$ 556 milhões para R\$ 197 milhões, após a compensação de R\$ 359 milhões. Tal compensação correspondeu a uma redução de quase 2/3 (65%) no passivo do Fundo da Dívida Pública, ou de 8% no passivo patrimonial total do Estado.

O saneamento das contas obtido com esta operação reduz os riscos de o superávit financeiro obtido nesta gestão ser afetado pelas dívidas passadas. Em outros termos, o Tesouro Estadual, com a finalidade de alcançar um melhor equilíbrio financeiro, está reduzindo com estas medidas o seu passivo patrimonial, o que no seu devido tempo poderá trazer a Fonte Recursos do Tesouro “para o azul”, isto é eliminando seu déficit histórico.

V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios³²

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2010 com 405 Convênios de Receita³³ e 491 Convênios de Despesa.

³² Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês de março.

³³ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.



Entre os convênios de Receita vigentes, os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁴ e, entre os de Despesa, aqueles no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios - PADEM³⁵.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 1º bimestre de 2010, o total de 96 Convênios de Receitas para a realização das obras de diversas naturezas, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões. Dessa importância, R\$ 2,2 bilhões consistem no valor previsto de repasse da União e cerca de R\$ 1,3 bilhões serão relativos aos recursos a serem providos pelo Tesouro Estadual.

Dos recursos disponibilizados pelo Tesouro no 1º bimestre de 2010 foram empenhados em torno de R\$ 518 milhões e liquidados R\$ 9,5 milhões.

Dos recursos correspondentes à contrapartida do Tesouro: 50% foram destinados à área de Habitação; cerca de 24% à área de Saneamento; e 26% às Obras do Arco Metropolitano.

Nesta gestão, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM, encontram-se vigentes 103 convênios, beneficiando 61 Municípios, sendo que o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi o equivalente a R\$ 326 milhões, que deverão ter fruição em boa parte ao longo de 2010. Neste bimestre foi empenhado o montante aproximado de R\$ 30 milhões, sendo liquidados R\$ 12 milhões e pagos R\$ 6 milhões. Além dos convênios abarcados pelo PADEM, foram estabelecidos 388 Convênios de Despesa entre 2007 e 2010, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Estes convênios totalizam a disponibilização pelo Estado de R\$ 142 milhões.

Com vistas a proporcionar instrumentos de gestão efetiva aos municípios aderentes aos convênios com o Estado, o governo estadual instituiu o Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios – PECAM. O principal enfoque deste programa é disponibilizar aos gestores de convênios, em especial, os

³⁴Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³⁵Decreto nº 28.308/01, de 10 de maio de 2001.



abarcados pelo PADEM, a expertise necessária para a gestão eficiente desses recursos, aumentando a governança do setor público em suas diversas esferas.

Os resultados do PECAM e da coordenação proporcionada pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio)³⁶ podem ser ilustrados pelo sucesso da cidade de Barra do Pirai ter saído da inadimplência e já ter captado recursos no valor de R\$ 30 milhões, tornando-se referência em conseguir, em pouco tempo, se estruturar para gerir com qualidade os convênios estabelecidos em parceria com a União ou o Estado.

³⁶ Coordenação vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, sítio eletrônico: www.egprio.rj.gov.br.